

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, ADMINISTRATIVAS E
CONTÁBEIS
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO
CAMPUS PASSO FUNDO
ESTÁGIO SUPERVISIONADO

LIDIÉLI PORTILIOTTI

PLANO DE CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS SURDOS EM POUSO
ALEGRE (MG): um estudo de caso

PASSO FUNDO

2016

LIDIÉLI PORTILIOTTI

PLANO DE CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS SURDOS EM POUSO

ALEGRE (MG): um estudo de caso

Estágio Supervisionado apresentado ao Curso de Administração da Universidade de Passo Fundo, campus Passo Fundo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientadora: Profa. Dra. Adm. Denize Grzybovski

PASSO FUNDO

2016

LIDIÉLI PORTILIOTTI

**PLANO DE CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS SURDOS EM POUSO
ALEGRE (MG): um estudo de caso**

Estágio Supervisionado aprovado em 22 de junho de 2016, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração no curso de Administração da Universidade de Passo Fundo, campus Passo Fundo, pela Banca Examinadora formada pelos professores:

Profa. Dra. Adm. Denize Grzybovski
UPF – Orientadora

Prof. Dr. André da Silva Pereira
UPF

Prof. Dra. Anelise Rebelato Mozzato
UPF

PASSO FUNDO

2016

Aos meus pais, Leonilda Portiliotti e Darci Portiliotti, que souberam me educar pelos princípios do amor, da honestidade, união e comprometimento, assim como pelo apoio e incentivo nos momentos difíceis em busca de um sonho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço pelo apoio e incentivo que recebi durante esta longa e difícil caminhada, pelos bons momentos com meus amigos, professores, em especial a orientadora, e principalmente aos meus familiares.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, pela vida e pelas oportunidades de estudos e trabalhos para realizar a minha formação profissional, meu futuro e os meus sonhos.

Aos meus pais, pelo esforço em ter me encaminhado à escola Instituto Filippo Smaldone de Pouso Alegre, em Minas Gerais, espaço em que pude me desenvolver e aprender muito com os meus professores na sala de aula.

Aos meus professores e as Irmãs Salesianas dos Sagrados Corações, que apoiaram muito os meus estudos, e pelo esforço a mim despendido na escola durante o Ensino Médio regular.

Sou grata aos amigos surdos e ouvintes, pela união e interação com que nos relacionamos em Pouso Alegre. Em especial, sou grata ao meu amigo surdo, Felipe Areias Silveira, que me auxiliou com a comunidade surda.

Aos colegas do curso de Administração, pelos estudos e interação nos grupos de trabalhos.

Aos docentes do curso de Administração, pela dedicação e conteúdos ensinados.

Aos profissionais do SAES, pelo apoio, e aos professores que me auxiliaram nas dificuldades e esclareceram dúvidas facilitando me entendimento por meio da utilização no quadro, o que facilitava a visualização das explicações.

Aos intérpretes, que fizeram a tradução e interpretação da Língua Portuguesa para a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e vice-versa.

A minha orientadora, Prof. Dra. Adm. Denize Grzybovski, pelo acompanhamento e orientações prestadas; pelos estudos, pelos conhecimentos e por sua busca na própria experiência e visão de mundo para que eu conseguisse alcançar este objetivo: o Relatório de Estágio para obter o Grau de Bacharel em Administração.

“Tudo posso naquele que me fortalece”

Filipenses 4:13

RESUMO

PORTILIOTTI, Lidiéli. **Plano de Constituição da Associação dos Surdos em Pouso Alegre (MG): um estudo de caso.** Passo Fundo, 2016. 71f. Estágio Supervisionado (Curso de Administração). UPF, 2016.

O objetivo deste estudo foi elaborar um plano para constituição da Associação dos Surdos de Pouso Alegre, em Minas Gerais. Especificamente, o objetivo foi: (a) apresentar à comunidade de Pouso Alegre, em geral, e à comunidade surda, em especial, investigando aspectos demográficos, culturais e espaciais; (b) descrever as atividades necessárias para a inclusão dos surdos na sociedade em geral; (c) conceituar a cultura, identidade e a comunidade surda; (d) elaborar o plano de ação. O referencial teórico adotado foi o da organização da economia social, o qual se apresenta como oposto à lógica do plano de negócios adotado em organizações empresariais. Em termos metodológicos, caracteriza-se como uma pesquisa de natureza descritiva, desenvolvida de acordo com a estratégia estudo de caso. Para tanto, foram coletados dados em diversas fontes, cujo resultado foi um conjunto de dados primários e secundários. Os resultados indicam que Pouso Alegre possui uma população de 143.846 pessoas e que 271 possuem deficiência auditiva. As características culturais, geográficas, históricas da comunidade de Pouso Alegre (MG) revelam que há vários postos de trabalho que podem ser ocupados por surdos, bem como há interesse da comunidade em constituir e manter uma associação para esse público. O levantamento dos dados revelou que os serviços a serem ofertados pela associação são cursos e oficinas voltadas à formação técnico-profissional e social dos associados. Os custos envolvidos são de R\$ 8.600,00 mensais, o que requer ações estratégicas para auferir uma receita mensal, seja por meio de doações do setor público e privado ou ações comunitárias. O estudo gera contribuições para a inclusão dos surdos: aperfeiçoar a adaptação e a convivência de surdos e ouvintes no espaço da comunidade e na sociedade, explanar e qualificar as oportunidades de inclusão dos surdos na comunidade, no mercado de trabalho e na sociedade.

Palavras-chaves: Plano de constituição. Organização da economia social. Associação de surdos.

LISTA DE SIGLAS

ACIPA – Associação do Comércio e Indústria de Pouso Alegre

ASPA – Associação dos Surdos de Pouso Alegre

CBS – Confederação Brasileira de Surdos

CNVA – Conselho Nacional da Vida Associativa

FENEIDA – Federação Nacional de Educação e Integração do Deficiente Auditivo

FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

ONGs – Organizações Não-Governamentais

PcDs – Pessoas com Deficiência

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Distribuição espacial das comunidades de surdos no Brasil.....	15
Figura 2 – O paradigma paraeconômico.....	21
Figura 3 – Relação simbiótica recursos-capacidades nas organizações.....	25
Figura 4 – Pirâmide dos recursos para criação de valor.....	26
Figura 5 – Associações de surdos no Brasil.....	31
Figura 6 – Processo de coleta de dados em estudos de caso.....	34
Figura 7 – Forma de realização da entrevista com a comunidade surda.....	37
Figura 8 – Localização geográfica de Pouso Alegre.....	39
Figura 9 – População de Pouso Alegre, de 1991 a 2015.....	40
Figura 10 – Organograma funcional proposto para a Associação.....	51

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Especificidades de avaliação das organizações da economia social.....	20
Quadro 2 – Os três níveis de relações em um sistema social.....	24
Quadro 3 – Categorias analíticas e elementos de análise.....	28
Quadro 4 – Endereços úteis para pesquisa na Internet.....	36

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População residente com deficiência auditiva.....	41
Tabela 2 – Perfil dos sujeitos da pesquisa.....	43
Tabela 3 – Orçamento mensal da Associação dos Surdos de Pouso Alegre - ASPA.....	53

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
1.1	IDENTIFICAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO PROBLEMA.....	14
1.2	OBJETIVOS.....	16
1.2.1	Objetivos Geral.....	16
1.2.2	Objetivos Específicos.....	16
2	REVISÃO DA LITERATURA.....	17
2.1	ORGANIZAÇÕES DA ECONOMIA SOCIAL.....	17
2.1.1	Definição.....	17
2.1.2	Proposta Paradigmática de Alberto Guerreiro Ramos.....	21
2.2	ESTRUTURA E RECURSOS EM ORGANIZAÇÕES DA ECONOMIA SOCIAL	24
2.3	HISTÓRIA DAS ORGANIZAÇÕES DE SURDOS NO BRASIL.....	29
3	METODOLOGIA.....	33
3.1	DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	33
3.2	POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	35
3.3	COLETA DE DADOS.....	35
3.4	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS.....	38
3.5	VARIÁVEIS DE ESTUDO.....	38
4	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	39
4.1	DESCRIÇÃO DA COMUNIDADE LOCAL.....	39
4.2	DESCRIÇÃO DA COMUNIDADE SURDA EM POUSO ALEGRE.....	42
4.3	PLANO PARA CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO.....	49
5	CONCLUSÕES.....	54
	REFERÊNCIAS.....	56
	APÊNDICES.....	58
	Apêndice A – Questionário para coleta de dados.....	59
	Apêndice B – Questionários com questões abertas.....	60
	Apêndice C – Proposta de Estatuto da Associação dos Surdos de Pouso Alegre.....	61

INTRODUÇÃO

Uma associação tem papel fundamental às comunidades surdas, pois nelas os surdos podem se encontrar, compartilhar realizações e dificuldades, formar sua identidade, debater problemas do cotidiano e se auxiliarem mutuamente. Além dessas questões, a Associação de Surdos também se caracteriza como um local de referência para o uso da Língua de Sinais, seja entre surdos, seja destes com a comunidade em geral.

Com base nesse pensamento, o presente Relatório de Estágio propõe apresentar um plano para constituição de uma Associação dos Surdos em Pouso Alegre, no Estado de Minas Gerais, investigando aspectos culturais e do mercado de trabalho local, bem como as características e tamanho da comunidade surda.

A proposta se justifica na demanda advinda da comunidade local, que solicita ajuda de um administrador para elaborar um conjunto de ações que promovam a inclusão e a interação do surdo na sociedade e, em especial, no mercado de trabalho. Nesse sentido, argumenta-se em favor da constituição de uma associação, a qual pretende cumprir o papel de ser um ponto de referência à cultura surda, com a realização de encontros, atividades de esporte e lazer, cursos, entre outros.

Numa perspectiva sociológica, o estudo se desenvolve pautado na importância da integração social dos surdos no relacionamento com as pessoas ouvintes e as implicações da falta de conhecimento dos conceitos que envolvem a comunidade surda como, comportamento, cultura surda, identidade surda e o uso da Língua de Sinais.

A contratação de pessoas com deficiência está garantida pela Lei de Cotas nº 8.213, de 24 de julho de 1991, no entanto, os programas de política de inclusão das PcDs no mercado de trabalho ainda carecem de implantação e fiscalização na promoção desigualdades de oportunidades no trabalho que as pessoas surdas têm direito.

Os resultados desse estudo estão relatados neste documento em 4 capítulos além desta introdução. No Capítulo 2, são apresentados os resultados da investigação bibliográfica sobre as características das organizações da economia social e os processos de constituição de uma associação de surdos. No Capítulo 3, são apresentados os procedimentos metodológicos adotados para a realização da investigação empírica. No Capítulo 4, são apresentadas as características culturais, geográficas, históricas da comunidade de Pouso Alegre (MG), bem como da comunidade de surdos e o plano de constituição da referida associação. Na sequência são apresentadas as conclusões do estudo.

1.1 IDENTIFICAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO PROBLEMA

São diversos os relatos e reclamações junto ao Ministério do Trabalho em relação à barreira da comunicação que os surdos sofrem nos cursos, oficinas e encontros que as empresas oferecem com vistas à capacitação profissional. Oliveira (2014), ao retratar o “mundo dos silêncios”, afirma que a barreira linguística pode ser superado pela língua do surdo, bem como pela formação de grupos, denominados “comunidades”, de ouvintes e deficientes auditivos. É a identificação o elo de ligação, cuja união se constitui em forma política em defesa do direito à utilização de sua língua e cultura, distanciando-se do etnocentrismo de um grupo que tem uma visão de mundo totalmente diferente.

Muitos são limites para a implementação de ações estratégicas para inclusão de surdos, dentre elas profissionais habilitados e custos inerentes. É preciso dispor um profissional formado (tradutor/intérprete) de Libras, conforme prevê o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Isso envolve recursos financeiros das empresas, realocados de outras atividades produtivas com vistas a atender a demanda de um número reduzido de trabalhadores, razão pela qual a empresa opta por contratar trabalhadores ouvintes a trabalhadores surdos.

No entanto, acredita-se que o que ocorre é a carência de informações aos empresários a respeito dos benefícios da presença de surdos nas empresas, os quais acabam se preocupando apenas com o cumprimento da legislação a respeito das cotas para as pessoas com deficiência, prevalecendo outras deficiências à surdez. Trata-se de um preconceito vivido pelo surdo no mercado de trabalho, que não encontra espaço para compartilhar ao coletivo de surdos tais questões, nem mesmo implementar ações no mercado de trabalho para a inclusão social do surdo.

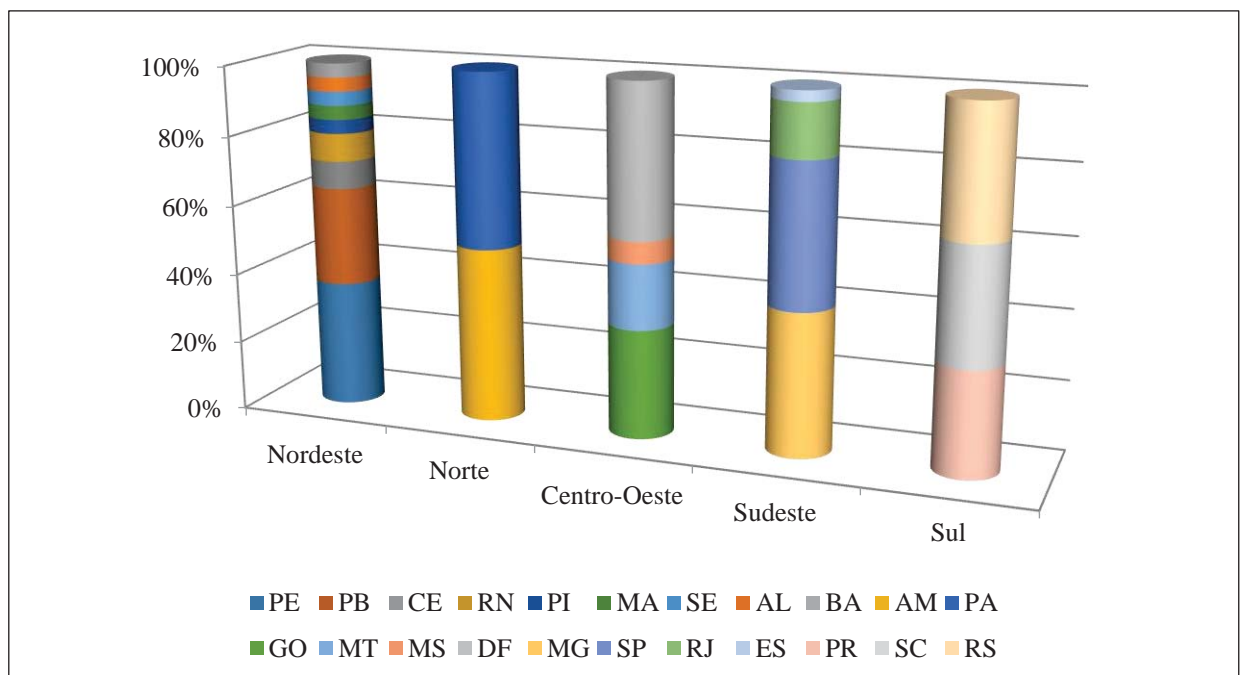
Os surdos superaram seus limites na sociedade formada por ouvintes e constituíram uma cultura própria¹, centrada principalmente em sua forma de comunicação, a língua representada por sinais. Outra forma foi a constituição de comunidades de surdos, representadas pelas diferentes associações de surdos em cidades brasileiras, que, segundo a Confederação Brasileira de Surdos (CBS), é formada por 139 associações e entidades de

¹ A pesquisadora surda Strobel cita: cultura surda é o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável, ajustando-o com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das “almas” das comunidades surdas. Isto significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo. [...] O essencial é entendermos que a cultura surda é como algo que penetra na pele do povo surdo que participa das comunidades surdas, que compartilha algo que tem em comum, seu conjunto de normas, valores e comportamentos.

surdos no Brasil. A maior concentração está na região Sudeste, com 66 associações, clubes, congregações ou outras organizações com o fim de reunir a comunidade de surdos, o que representa 47,48% de todo país. Os estados de Minas Gerais e São Paulo têm 27 destas organizações, respectivamente, enquanto Rio de Janeiro e Espírito Santo tem apenas 10 organizações (CBS, 2016).

Na Figura 1, a representação gráfica da distribuição espacial das diferentes comunidades de surdos existentes no Brasil.

Figura 1 – Distribuição espacial das comunidades de surdos no Brasil



Fonte: Adaptado da CBS (2011).

Essa concentração geográfica de organizações da economia social voltadas ao atendimento das necessidades dos surdos revela Minas Gerais como um estado preocupado com a inserção do surdo na sociedade e é nesse contexto que se insere a comunidade de surdos de Pouso Alegre.

Os surdos por seu aspecto linguístico necessitam de uma formação profissional adaptada, respeitando sua forma de comunicação para que eles possam ter um melhor entendimento do trabalho sobre seus direitos e deveres e para que possam cumprir sua função de forma satisfatória, proporcionando sua permanência no emprego. Para que isso aconteça é preciso um acompanhamento de um tradutor intérprete, principalmente no início do ingresso à empresa. Caso contrário, ele terá dificuldades de inserir-se no contexto social. É preciso sensibilizar e orientar as empresas nesse sentido, oferecer cursos de LIBRAS com objetivo de

melhorar a comunicação entre os funcionários ouvintes e surdos, bem como oferecer palestras sobre as questões da surdez para os empregadores.

Esses são apenas exemplos das diferentes ações da comunidade surda que podem ser pensadas e gestadas no espaço físico de uma associação dos surdos em Pouso Alegre. O problema de pesquisa que aqui é colocado refere-se a: como criar a Associação dos Surdos de Pouso Alegre, em Minas Gerais?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Elaborar um plano para constituição da Associação dos Surdos de Pouso Alegre, em Minas Gerais.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Apresentar à comunidade de Pouso Alegre, em geral, e à comunidade surda, em especial, investigando aspectos demográficos, culturais e espaciais;
- b) Descrever as atividades necessárias para a inclusão dos surdos na sociedade em geral;
- c) Conceituar a cultura, identidade e a comunidade surda;
- d) Elaborar o plano de ação para a constituição da associação dos surdos em Pouso Alegre.

2 REVISÃO DA LITERATURA

No presente capítulo apresenta-se o conceito de organização da economia social, suas especificidades e finalidades com vistas a elaborar um plano de criação de uma associação. Na sequência é apresentada a história das organizações de surdos no Brasil.

2.1 ORGANIZAÇÕES DA ECONOMIA SOCIAL

2.1.1 Definição

As organizações da economia social configuram-se em associações de pessoas e organização de trabalho simultaneamente. Cruz Filho (2011) afirma que estas são organizações híbridas e multidimensionais, construídas com base nos princípios de ação da sociedade. Oliveira (2012) reforça o pensamento de que elas dependem de políticas públicas para inserção das pessoas na comunidade. Consideravelmente existe a compreensão de que a finalidade de uma organização da economia social é caracterizada pelas necessidades de seus membros e comunidades. Os autores da área da economia social compartilham da ideia de que a ação econômica está interligada as relações sociais.

Para Cruz Filho (2011), a economia social está pautada em quatro princípios de ação, os quais são: a finalidade social da atividade da organização, a associação voluntária de pessoas, a distribuição proibida ou limitada dos resultados e a governança democrática. Bolzani Júnior, Souza e Nascimento (2003) citam que o papel do administrador é de gestor do conhecimento e para tanto emprega o conceito de comunidade de prática. Por isso compreende as interações que acontecem nos processos de aprendizado social e por conseguinte precisa ter capacidade de intervenção em ambientes organizacionais complexos.

No exercício profissional, o Administrador de organizações da economia social precisa equilibrar dois lados, manutenção e integração na sociedade. A organização evolui conforme o nível de desenvolvimento local e a construção ativa da comunidade, as quais possuem uma pessoa ou grupo nuclear que assumem a responsabilidade por fazer a comunidade.

Cruz Filho (2011) explica que um processo de avaliação pode servir de instrumento de controle e de racionalização para acompanhar as práticas sociais e a normalização da atividade nestas organizações. A avaliação deve assim considerar dois lados: o lado dos fornecedores de fundos (parceiros financeiros) e o lado das populações atingidas pelos impactos dessas organizações. A respeito, Bolzani Júnior, Souza e Nascimento (2003) consideram que a pequena comunidade da qual faz parte a organização da economia social é o elemento estratégico para o desenvolvimento local. Assim como acontece na organização, é no âmbito de ação da comunidade que ocorrem os processos de interação social. E é essa interação social que tem o poder de construir, por meio da prática e de identidades compartilhadas pelos seus membros, soluções inovadoras para a sociedade como um todo.

A importância sobre a utilidade social interna e externa da organização de economia social na comunidade é o impacto das ações sociais, as quais são resultado de um processo participativo dos membros da comunidade local. Em relação à coesão, Cruz Filho (2011) afirma que “com os dez critérios de utilidade social descritos pelo Conselho Nacional da Vida Associativa (CNVA) da França, pode-se avaliar a utilidade social interna de uma organização deste tipo, ou seja, seu modo de governança, seus valores internos e seu *status* por meio do objetivo de seu projeto, de sua democracia interna, da não-lucratividade de suas atividades, da gestão desinteressada e de sua capacidade de favorecer o voluntariado.

A utilidade social externa de uma organização pode ser avaliada pela existência de intervenções pouco ou não satisfatórias, pela variedade de seu público-alvo e pela contribuição à coletividade em termos econômicos e de valores. Por isso, Cruz Filho (2011) propôs um conjunto de cinco dimensões para avaliar a utilidade social:

- a) sua composição econômica;
- b) sua capacidade de luta contra a exclusão, desenvolvimento humano e desenvolvimento durável;
- c) a ligação social de proximidade e democracia participativa;
- d) sua contribuição à inovação social, econômica e institucional; e a utilidade social interna, com efeitos sobre o ambiente externo.

As atividades das organizações de economia social se caracterizam pela pluralidade social e diversidade de indivíduos, os quais tem características diferentes que compõem uma mesma sociedade. Assim, é essencial considerar a influência do caráter pluralista e multidimensional dessas organizações, a multidimensionalidade e especificidade territorial, bem como a pluralidade dos atores participantes.

Cruz Filho (2011) afirma que a **primeira** é a perspectiva institucional. As organizações da economia social possuem um impacto importante sobre a administração pública e sobre os movimentos sociais. A **segunda** perspectiva é a da utilidade social das atividades das organizações de economia social. Determinadas externalidades dessas organizações podem ser monitoradas, mas existe uma grande parte delas que são difíceis de quantificar, como a redução de ilegalidades, a produção de capital social e de qualidade de vida, de democracia local ou de inovação social. A **terceira** é a perspectiva organizacional. A lógica interna de funcionamento das organizações de economia social é consideravelmente diferente da gestão de empresas públicas ou capitalistas.

O mesmo autor enfatiza a principal diferença entre esses setores é a coprodução que existe na economia social, resultado da influência do fator social. A importância do direito de participação das pessoas e de associações nas questões locais, de modo a garantir o reconhecimento de suas reivindicações e a justiça na redistribuição de bens públicos. O objetivo da coprodução é legitimar as externalidades locais pela adesão de atores sociais à gestão local comum.

No Quadro 1 apresentado a seguir constam as especificidades de avaliação das organizações da economia social. Considera-se fundamental ao Administrador conhecer as especificidades das organizações da economia social, assim de como de cada tipo organizacional, por contribuir para a elaboração de uma proposta que contemple as necessidades. Neste caso, específico da criação de uma associação de surdos, é preciso contemplar a utilidade social da organização, dissociando-se da proposta tradicional de gestão empresarial, principalmente por ter como propósito o desenvolvimento da inclusão dos surdos na comunidade onde vivem.

Os autores declaram que as organizações possuem mais características que convergem mais aos princípios básicos da isonomia e fenonomia do que aos econômicos. Para tanto descrevem as possibilidades de um novo modelo social para as organizações da economia social. Jacometti et al. (2013) declaram que as organizações não-governamentais (ONGs) são um tipo de organização da economia social, geralmente descritas pelas características formais de sua estrutura, porém sem fins lucrativos. Seus membros possuem autonomia nas decisões, seja para realizarem projetos ou programas nas diferentes áreas. Contudo, tais organizações não se limitam apenas à ações concorrenciais a atuação do estado. Seus propósitos são também de bem-estar de determinada comunidade interessada em se integrar à sociedade e construir sua própria identidade.

Quadro 1 – Especificidades de avaliação das organizações da economia social

	Finalidade social da organização	Associação voluntária de pessoas	Distribuição dos resultados proibida ou limitada	Governança democrática
Multidimensionalidade	A finalidade social é reconhecida e integrada no processo de avaliação, mais importante que a performance económica.	Empresa como conjunto de associação de pessoas e organização do trabalho: dos campos de avaliação.	Preferência das pessoas sobre o capital.	Conceito passarela entre disciplinas (eficiência, justificativas e comportamento).
Especificidade territorial	Oferece bens e serviços adaptados às necessidades da população considerada.	Confiança e reciprocidade de pessoas engajadas nos problemas locais (capital social).	Reinvestimento durável. Propriedade coletiva.	Co-produção e implementação de políticas, Natureza interativa.
Pluralidade de atores participantes	A finalidade é determinada pelos membros e pelo consenso entre diversos interesses. Avaliação pelo confronto das perspectivas de diferentes atores.	Engajamento voluntário. Redução dos custos de conflito sobre a avaliação de sua própria ação. Capacidade de desenvolver o voluntariado.	Financiadores e população (interesses, controle e eficiência).	Interface e mediação entre as partes interessadas (locais de deliberação). Negociação sobre os métodos de avaliação (julgamento coletivo). Habilitação ao poder.
Perspectivas				
Organizacional	Princípio da dupla qualidade. Construção conjunta dos processos de avaliação.	Processo interno de decisão democrática e interação.	Não-remuneração absoluta do capital ou distribuição igual/ relativa dos resultados.	Participação das pessoas na tomada de decisões (poder e participação). Análise das relações entre atores.
de Utilidade Social	Os beneficiários podem ser não-membros. Contribuição ao bem-estar individual e coletivo.	Mobilização da sociedade para satisfazer suas necessidades.	Análise dos aspectos monetarizáveis que são pertinentes.	Processos de resolução de problemas coletivos.
Institucional	Interesses particulares de uma determinada coletividade. Contribuição à satisfação do interesse geral e ao modelo de desenvolvimento.	Objetivos diretamente relacionados às necessidades sociais.	Visão de longo prazo do desenvolvimento durável.	Associação dos instrumentos de avaliação públicos, privados e da sociedade civil. Inovação social.

Fonte: adaptado de Cruz filho (2011, p. 425).

Os referidos autores utilizam os conceitos de isonomia e de fenomenia para enfatizar que, nas organizações de economia social, é a relação de solidariedade que elas mantêm com a sociedade que as diferencia das demais organizações sem fins lucrativos. Com atuação que permeia o público e o privado, seus membros influenciam na construção de políticas públicas, promovem ações estratégicas que mobilizam a sociedade em busca da democratização dos espaços e das ações com ênfase nas suas necessidades especiais.

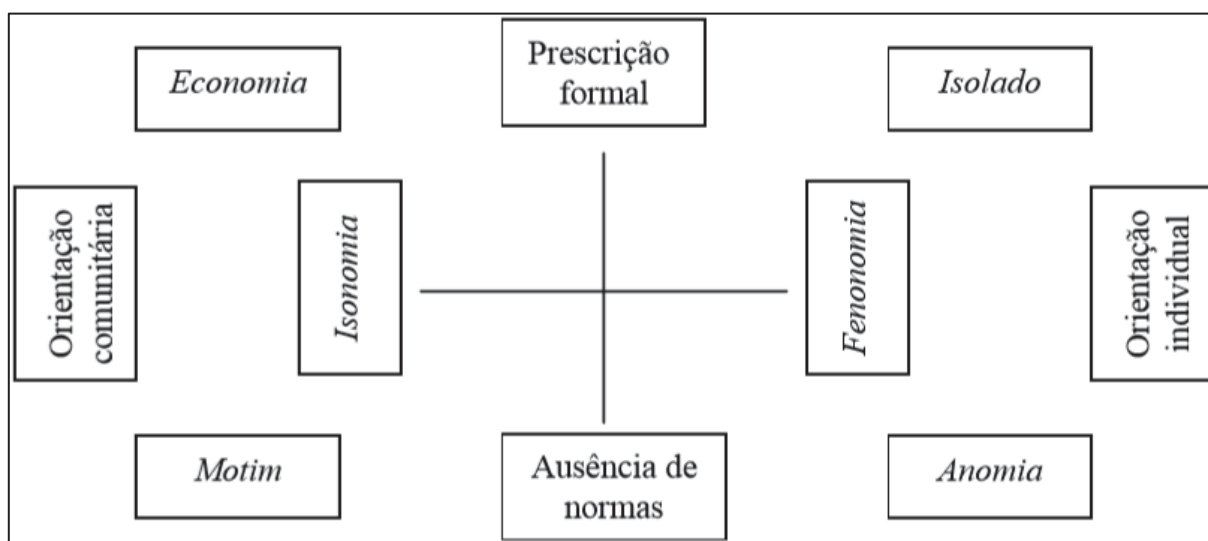
Com vistas a melhor compreender a complexidade deste novo olhar sobre os tipos organizacionais, a seguir discutem-se a proposta paradigmática elaborada por Alberto Guerreiro Ramos, pela perspectiva da racionalidade substantiva.

2.1.2 Proposta Paradigmática de Alberto Guerreiro Ramos

De acordo com o modelo apresentado por Guerreiro Ramos (1989), na teoria da delimitação dos sistemas sociais, utilizado para analisar a situação da comunidade, são seis as categorias do paradigma paraeconômico: (I) anomia; (II) motim; (III) economia; (IV) isonomia; (V) fenomenia; e (VI) isolado.

A Figura 2 ilustra o paradigma paraeconômico, elaborado pelo referido autor, com base na prescrição ou ausência de normas e na orientação comunitária ou individual, proposta paradigmática alternativa ao funcionalismo estrutural, o qual tem por base a racionalidade instrumental weberiana.

Figura 2 – O paradigma paraeconômico



Fonte: Guerreiro Ramos (1989, p. 141).

Para Jacometti et al. (2013, p. 91), as categorias anomia e motim presentes na teoria dos sistemas sociais é exigida pela lógica das dimensões do paradigma. A **anomia** é conceituada como uma situação estanque em que a vida pessoal e social desaparece e os indivíduos são desprovidos de normas e raízes, sem compromisso com prescrições operacionais. **Motim** é uma categoria que tem como referência a coletividade desprovida de normas, aos cujos membros faltam o senso de ordem social. Em termos gerais, a **economia** é um contexto organizacional altamente ordenado, estabelecido para a produção de bens e/ou para a prestação de serviços. A **isonomia** (igualdade de normas) é definida como um contexto em que todos os membros são iguais. É uma oportunidade para o exercício mais igualitário de vivência, exercitando-se a convivialidade. A **fenonomia** é um sistema social, de caráter esporádico ou mais ou menos estável, iniciado e dirigido por um indivíduo ou por um pequeno grupo e que permite-lhes o máximo de opção pessoal e um mínimo de subordinação as prescrições operacionais formais. O **isolado** está excessivamente comprometido com uma norma, que para ele é única, e por uma série de razões considera o mundo social incontrolável.

As diferenças entre isonomia e fenonomia no contexto dos espaços sociais são as atividades realmente desenvolvidas pelos membros ou comunidades. Nesse sentido, Jacometti et al. (2013, p. 98) contextualizam que os espaços sociais mais propícios às organizações de economia social são aquelas cujas características mais se aproximam das isonomias. As principais características da isonomia são:

- a) objetivo essencial é atualização de seus membros, independentemente de prescrições impostas;
- b) caráter auto gratificante, pois os indivíduos que nele livremente se associam e desempenham atividades compensadoras em si mesmas;
- c) as atividades promovidas neste contexto são promovidas como vocações, não como empregos; a recompensa básica do indivíduo está na realização dos objetivos intrínsecos daquilo que faz e não na renda eventualmente auferida por sua atividade;
- d) a autoridade é atribuída por deliberação de todos, ou seja, não há diferenciação entre líder/gestor e os outros (associados/subordinados); trata-se de uma estrutura social típica de comunidade;
- e) prevalência das relações interpessoais primárias entre seus membros.

Caso eventualmente se desenvolva relacionamentos secundários em decorrência do aumento da isonomia, está tende a declinar-se na medida em que, necessariamente se transformará numa democracia, oligarquia ou numa burocracia. Já, na fenomenia (do grego *phaineim* = mostrar) caracteriza-se como uma oportunidade para o exercício da realização pessoal. A fenomenia constitui-se num ambiente necessário à liberação da criatividade das pessoas e segundo maneiras escolhidas com plena autonomia. Ainda, as fenomenias são cenários sociais protegidos contra a penetração do mercado e, portanto, os critérios econômicos são incidentais em relação à motivação de seus membros.

Embora interessado em sua própria individualidade, os membros desse espaço tem consciência social. Jacometti et al. (2013) afirmam que essa categoria expressa a adaptabilidade e a sociabilidade do ser humano, imergindo-o no grupo e subordinando-o a ele. O espaço do homem reativo é a economia e a burocracia, ou seja, o ambiente de massas ou grupos sociais maiores.

Apoiando-se na teoria da delimitação dos sistemas sociais proposta por Guerreiro Ramos (1989), afirma-se que as fenomenias e as isonomias são o modelo dominante de sistema social da modernidade, mas o econômico está em praticamente todos os setores da sociedade. O modelo de homem reativo é fruto de uma nova visão da motivação e da constatação da influência de seus sentimentos e valores no espaço de produção econômica ou organizacional.

Max Weber (1994), em seu livro *Economia e Sociedade*, constrói importantes conceitos sobre ação social que atinge em sua percepção de racionalidade. Para ele, existem quatro modos de a ação social ser determinada: (a) de modo racional referente a meios fins; (b) de modo racional referente a valores; (c) de modo afetivo, especialmente emocional; e (d) de modo tradicional.

Guerreiro Ramos (1989) contradiz a concepção de Weber (1994) sobre a racionalidade formal/instrumental. Em Weber (1994), a **racionalidade instrumental** é formal e prática e também há um padrão consciente de ação racional, enquanto que o conceito de **racionalidade substantiva**, desenvolvida por Guerreiro Ramos (1989), tem na ética a sua regra de conduta para a vida social.

Em síntese, o estudo e a proposição de constituição de organizações da economia social devem ser orientadas pelo paradigma paraeconômico, cuja estrutura organizacional encontra-se descrita em Guerreiro Ramos (1989) e orientada pela lógica da racionalidade substantiva.

2.2 ESTRUTURA E RECURSOS EM ORGANIZAÇÕES DA ECONOMIA SOCIAL

Orientando-se pelos pressupostos da racionalidade substantiva de Guerreiro Ramos (1989), discute-se os fundamentos administrativos para estruturação de uma organização da economia social. A perspectiva da criação de uma organização social é promover a interação entre os membros integrantes e assim analisar e discutir a utilização de seus espaços e recursos, bem como sua visão e missão. Assim se insere o tema empreendedorismo e ação empreendedora.

Rossoni e Teixeira (2008) descartam que o empreendedorismo é um fenômeno psicossocioeconômico e cultural complexo; portanto, a utilização do conceito multidimensional da ação empreendedora, que envolve o empreendedor, a empresa, o ambiente e o processo, atua de forma dialógica por representar um ponto de vista mais amplo. Os mesmos autores sugerem que a visão multidimensional do empreendedorismo relaciona-se, aparentemente, com a também recente influência de outros paradigmas epistemológicos, além dos funcionalistas/positivistas, pois hoje há crescente presença de trabalhos que seguem a perspectiva crítica.

Os referidos autores, ao pesquisarem o sistema de relações, constataram que este é o principal elemento de suporte para a evolução de uma visão de negócio, pois o estabelecimento de relações influencia diretamente a qualidade da visão da organização, contribuindo para uma maior assertividade de suas ações. Estas requerem, por sua vez, novas relações e, conseqüentemente, novas visões das atividades sociais, as quais precisam estar alinhadas dos três níveis de relações, como apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 – Os três níveis de relações em um sistema social.

Primário	Familiares
	Ligações em torno de mais de uma atividade
Secundário	Conhecidos e rede de ligações
	Ligação em torno de uma atividade bem determinada
Terciário	Cursos
	Livros, viagens, feiras e exposições industriais

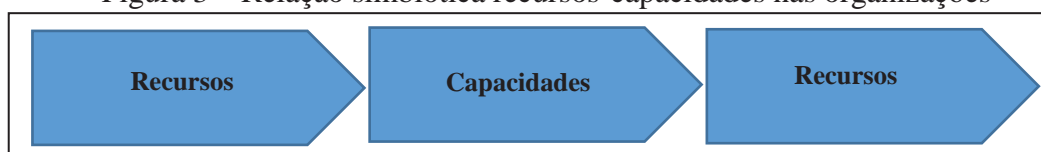
Fonte: Fillion (1991 apud Rossoni e Texeira, 2008, p. 3).

Rossoni e Teixeira (2008) explicam que as **relações primárias** são as que envolvem pessoas próximas dos membros da organização que a idealizaram, os fundadores. Normalmente são os membros da família ou amigos mais próximos com quem ele mantém vínculos, como: afetivos, intelectuais, esportivos, recreativos, entre outros. Essas relações são as mais influentes no que se refere ao conjunto de crenças e valores que orientam os fundadores e, por conseguinte, a cultura organizacional, pois elas influenciam as escolhas estratégicas em outros níveis de sistema de relações. Já, as **relações secundárias** se desenvolvem por meio de atividades bem definidas, como clubes sociais, grupos religiosos, negócios e política. Algumas destas até podem se tornar relações primárias. Por fim, as **relações terciárias** satisfazem uma necessidade bem definida, implicando, não necessariamente, contato pessoal, mas também com áreas de interesse, como cursos, viagens, eventos, livros, entre outros.

Também é importante observar que os membros fundadores deste tipo de organização precisam dedicar parcela do seu tempo para o gerenciamento das relações, as quais se constituem num dos principais elementos que permitem a eles formarem uma visão das atividades coerentes com os desejos de todos. Assim, as relações são um fator crucial para seu desenvolvimento, mas elas não prescindem dos recursos, sejam eles humanos, sociais, financeiros, físicos, tecnológicos ou organizacionais.

Cada tipo de **recurso** tem diferentes dimensões, de acordo com a escala de complexidade. **Recursos simples** são tangíveis, descontínuos e baseados na propriedade; já os **recursos complexos** são intangíveis, sistemáticos e baseados no conhecimento. Rossoni e Teixeira (2008) propõem uma segunda forma de analisar a criação e o desenvolvimento de uma organização da economia social, pressupondo que na base da pirâmide estejam os **recursos genéricos**, mais fáceis de serem adquiridos. A partir do momento em que estes recursos são combinados, se tornam **capacidades** e aumentam a habilidade da organização em aplicar seus recursos e atingir seus objetivos organizacionais. Sua relação simbiótica está representada na Figura 3.

Figura 3 – Relação simbiótica recursos-capacidades nas organizações

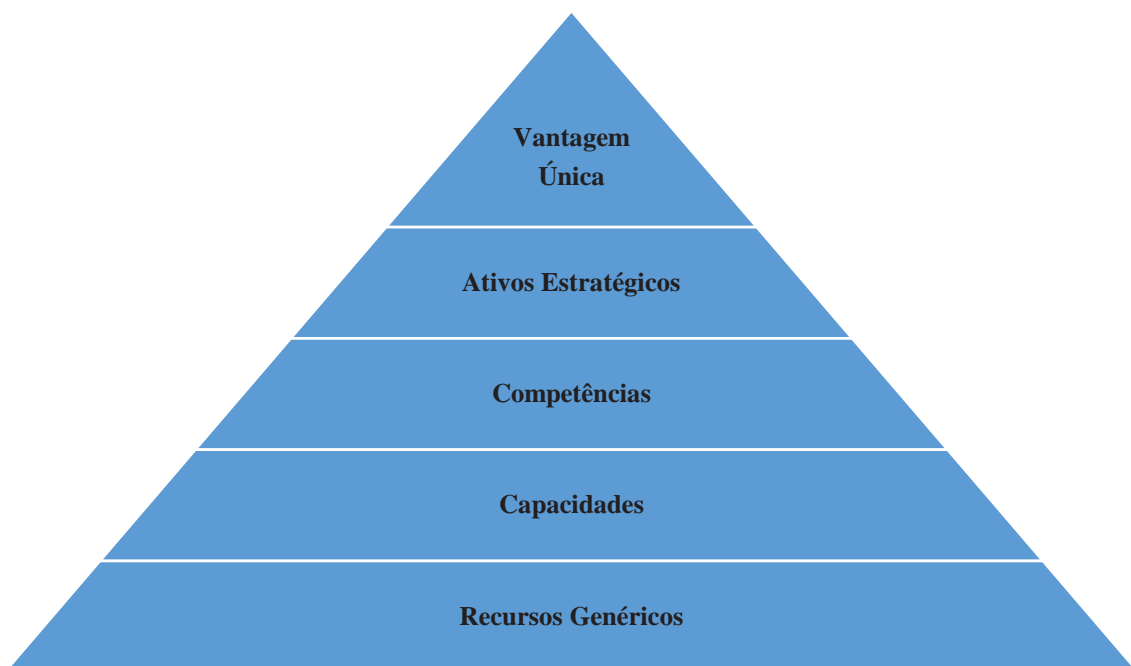


Fonte: A autora (2016).

Quando as capacidades se tornam cruciais para a missão da empresa e são executadas de maneira consistente, passam a ser competências essenciais. O conjunto de competências essenciais especializadas contribui para que a organização apresente melhor desempenho organizacional; tratam-se de ativos estratégicos. Quando estes são valiosos, raros, não imitáveis e insubstituíveis, se constituem em uma vantagem única ao empreendimento.

Na Figura 4, constam os recursos para criação de valor. As organizações nascentes estão na base da pirâmide.

Figura 4 – Pirâmide dos recursos para criação de valor



Fonte: Adaptado de Brush, Greene e Hart (2002) apud Rossoni e Teixeira (2008, p. 8).

Rossoni e Teixeira (2008) observam que os empreendedores enfrentam quatro tipos de desafios detalhados nos parágrafos seguintes, a saber:

- a) **Reunião de recursos.** O empreendedor começa com recursos individuais (formação acadêmica, experiência, reputação, conhecimento do setor, contatos) seu processo de construção de base de recursos;
- b) **Atração de recursos.** Eles utilizam os artefatos (plano de negócios, instalações sofisticadas, entre outros) para criar uma imagem de sucesso que lhes dê legitimidade em face dos investidores, fornecedores, consumidores e outros envolvidos no processo;

- c) **Combinação de recursos.** A combinação dos recursos básicos no novo empreendimento afeta o desenvolvimento futuro da base de recursos. Essas crenças podem provir deste elenco: experiências individuais, formação acadêmica, redes sociais, capital financeiro ou de variações cognitivas na habilidade do empreendedor em trabalhar com conceitos e informações em novas ideias;
- d) **Transformação de recursos individuais em recursos organizacionais.** Empreendedores devem ir além de reunir, atrair e combinar recursos para terem sucesso. Os conhecimentos e habilidades devem ser institucionalizados, fornecendo a base do crescimento de valor do conjunto de recursos.

As capacidades cognitivas de empreender no contexto social integram a visão baseada em recursos (VBR) na perspectiva institucional, focando-se na **legitimidade** como aspecto central no desenvolvimento do empreendimento, o que possibilita analisar o fenômeno do empreendedorismo além de uma abordagem da economia social.

Rossoni e Teixeira (2008) compreendem que a construção da legitimidade organizacional promove um modelo que inclui três tipos de legitimidade, as quais são:

- a) **Sociopolítica regulatória** é oriunda de regulações, regras, padrões e expectativas criadas por governos, associações credenciadoras, agências reguladoras, associações profissionais e organizações influentes. A legitimidade regulatória pode ser instrumentalizada por meio do atendimento às leis, por meio do cumprimento de regras de agências regulatórias e certificadoras, entre outras formas;
- b) **Sociopolítica normativa** deriva das normas e valores da sociedade ou de ambiental social relevante para o novo negócio. Uma organização é apropriada e desejada quando atende a normas e valores, como ter lucratividade, respeitar os empregados e a comunidade, ser transparente com os financiadores, entre outros;
- c) **Cognitiva**, a qual origina-se em crenças e pressupostos que provêm um modelo de rotina diária, ou seja, conhecimento especializado e explícito, codificado como sistema de crenças promulgado por vários profissionais. O modelo cognitivo prevaiente prescreve a visão de mundo e como as ações são feitas. A legitimidade cognitiva indica qual é o jogo, a realidade socialmente construída pelos participantes.

Por sua vez, compreender as relações depende das categorias analíticas e dos seus elementos de análise. Rossoni e Teixeira (2008) descrevem as categorias redes de relações, recursos e desafios enfrentados e legitimidade e referem-se a elementos específicos, como descritos no Quadro 3 apresentados a seguir.

Quadro 3 – Categorias analíticas e elementos de análise.

Categorias	Elementos
Rede de relações Filion (1991, 1993)	Relações primárias: familiares e amigos
	Relações secundárias: profissionais, esportivas, sociais, políticas, ideológicas
	Relações terciárias: cursos, viagens, feiras, livros.
Recursos e desafios enfrentados Brush, Green e Hart (2002)	Tipos de recursos: humano, social, financeiro, físico, tecnológico, organizacional
	Desafios: reuniões, atração, combinação e transformação
Legitimidade Hunt e Aldrich (1996) Suchman (1995) Scott (2001) Zimmerman e Zeitz (2002)	Tipos: legal, normative, cognitive, industrial

Fonte: Rossoni e Teixeira (2008, p. 10).

A legitimidade dos membros e da organização é reforçada pelas ações de seus membros, por tipos de relações. Segundo Mintzberg, Ahlstrand e Lampel (2010), nas organizações da economia social, a estratégia é vista como um processo coletivo, de interação social, baseado nas crenças e nas interpretações comuns aos membros de uma organização, as quais são adquiridas através de um processo de aculturação ou socialização. Também caracteriza-se como um processo reativo. A organização passiva reage ao ambiente e o processo de criação de estratégias ocorre pela percepção que se tem do ambiente de atuação. Assim, o processo de criação das estratégias contribui para a formação de uma associação, pois elas se misturam e se complementam, sendo que a estratégia adotada num determinado momento ou situação deverá ser a que melhor atende a realidade da organização social.

2.3 HISTÓRIA DAS ORGANIZAÇÕES DE SURDOS NO BRASIL

O professor francês Hernest Huet chega ao Brasil, a convite de D. Pedro II, para fundar o Imperial Instituto Surdos-Mudos no Rio de Janeiro, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), em setembro de 1857 da primeira escola de surdos no país.

Durante longos anos os ex-alunos do INES prepararam e competiram em várias práticas esportivas. A fim de fundar a primeira associação de surdos no Brasil, o Dr. Brasil Silvado Júnior entrou em contato com as associações de surdos nos países da Europa, buscou as informações com a ideia de criar um modelo dos países para o Brasil. Os surdos se mobilizam para a organização dessa associação, em reunião realizada em maio de 1913, onde houve o comparecimento de quase todos os surdos residentes na cidade do Rio de Janeiro.

A grande diferença dos movimentos iniciados pelos surdos no Brasil está nas Associações de Surdos fundadas pelas lideranças surdas, que estabeleceram um novo projeto da proposta nas relações políticas entre surdos e ouvintes. Fundou-se a Associação Alvorada de Surdos no Rio de Janeiro, em maio de 1953, com apoio da professora de surdos, Dona Ivete Vasconcelos que emprestava a sala de auditório para as reuniões com o presidente da associação Vicente Burnier. Este foi trocado pelo novo presidente, Alymar Antunes Bousquat, que juntou essa fundação com os ex-alunos do INES para desenvolver as competições esportivas e lazer.

Os ex-alunos retornavam para suas cidades de origem em cada Estado do Brasil. Na cidade de São Paulo, em 1950, é que os surdos acostumavam encontrar-se para um bate-papo na praça ou no ponto. Sempre que um surdo tinha tempo disponível, ele procurava se reunir com outros surdos em algum ponto de encontro. Existiam as atividades de esporte naquele tempo em um conjunto com ouvintes, mas havia a dificuldade para localizar espaços para desenvolver esportes entre si. Esses grupos de surdos se reuniam para um bom “bate-papo”, mas não tinham ideia da existência das Associações de Surdos.

Depois de longos anos, um surdo de Buenos Aires em viagem de passeio foi atingido por um surdo Armando Melloni que compartilhava de um desses grupos de encontro em Campinas, no Estado de São Paulo. Nessa viagem, ele conheceu surdos da Argentina que informavam sobre a Asociacion dos Sordos Mudos Ayuda Mutua, primeira associação fundada da América Latina, trazida das comunidades surdas da França, que trabalhava naquela capital Argentina.

Convocado a conhecê-la, verificou que os surdos tinham um lugar próprio para a associação. No retorno de sua viagem, esse surdo de Campinas mostrou a sua experiência para os grupos de surdos que se encontravam nas ruas e, ao mesmo tempo em que ficaram admirados com a notícia, também tomaram a iniciativa de fazer contato com a diretoria dessa Associação, trazendo para o Brasil a sua forma de ver a organização dos surdos. Os surdos de São Paulo fundaram a segunda Associação de Surdos, no dia 19 de março de 1954 e, depois o tempo, passou a ter como alvo criar novas associações, nos mesmos exemplos, em outros Estados do país. Os ex-alunos fundaram a terceira Associação dos Surdos do Rio de Janeiro, em janeiro de 1955, e também outro surdo fundou a quarta Associação dos Surdos de Belo Horizonte, em Minas Gerais, no dia 30 de abril de 1956.

O novo projeto de construção das Associações de Surdos pelo Brasil teve aprovação, o professor Francisco de Lima Júnior, de Santa Catarina que, a exemplo dos outros surdos, fundou, em 1955, o Círculo dos Surdos em Florianópolis, além de cooperar com Salomão Watnick na fundação da Associação dos Surdos de Porto Alegre.

Conforme descreve Feneis (2002 apud PERLIN et al., 2002), referindo-se ao surdo Delatore:

as Associações de Surdos, além de funcionarem como ponto para encontro esportivo dos surdos, funcionavam também como divulgadoras da língua de sinais e como identificadoras da capacidade do surdo como cidadão.

A organização dos profissionais de educação dos surdos no Brasil se consolidou em junho 1977 com a criação da Federação Nacional de Educação e Integração do Deficiente Auditivo (FENEIDA). Com ela foi possível congregar as entidades de surdos e ouvintes no Brasil. No ano de 1983, uns grupos de surdos formados por Antônio Campos de Abreu, Ana Regina de Souza Campello e Fernando de Miranda Valverde fundaram a Comissão de Lutas pelos Direitos dos Surdos e ganharam representatividade nacional.

Klein (1999 apud PERLIN et al., 2002) descreve esse período de consolidação do poder surdo da seguinte forma:

um grupo de surdos organizou uma Comissão de Lutas pelos Direitos dos Surdos, desenvolvendo um trabalho importante nessa área. O grupo ganhou força e legitimidade ao reivindicar, junto à FENIDA, espaço para seu trabalho, o que foi negado naquele momento. Ao formar uma chapa, o grupo de surdos foi vencedor nas eleições para diretoria da entidade, sendo que o primeiro passo foi a reestruturação do Estatuto da entidade, que passou a ser denominada Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos. Essa mudança foi muito significativa, pois não se referiu apenas a uma troca de nomes, mas à busca de uma nova perspectiva de trabalho e de olhar sobre os surdos.

Atualmente, a Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (FENEIS), fundada no dia 16 de maio de 1987, conquista o direito de representar os surdos e a desenvolver o respeito dos políticos públicos para com os mesmos. Quanto às exposições de sugestões e da prestação de assistências aos órgãos oficiais, deu-se maior autonomia aos surdos e às próprias associações, sempre priorizando a importância do debate sobre os deficientes auditivos.

A Confederação Brasileira de Surdos (CBS), fundada em 2004, por sua vez, possui uma representatividade maior. São organizações filantrópicas sem fins lucrativos que desenvolvem atividades políticas e educacionais, lutando pelos direitos culturais, linguísticos, educacionais e sociais dos surdos do Brasil.

A associação de surdos é considerada pela comunidade de surdos como “extraordinária” por ser um núcleo capaz de congregar os seus membros. Hoje, no Brasil, há mais de 139 associações de Surdos e o resultado de lutas da comunidade surda. Cada associação fundada representa uma conquista da comunidade (CBS, 2016).

Na Figura 5 está representada a linha do tempo da organização formal dos surdos no Brasil, cuja origem está no INES, em 1857.

Figura 5 – Associações de surdos no Brasil.



Fonte: Google

Conhecer sobre a história, bem como seus marcos históricos, das associações no Brasil é de extrema importância não somente para os surdos, mas também para a população em geral, pois enfatiza e valoriza a luta de um grupo de pessoas que se reconhece e se constitui através de uma língua e uma cultura própria.

3 METODOLOGIA

Este capítulo tem como propósito apresentar os fundamentos metodológicos adotados para desenvolvimento da pesquisa empírica, definindo as estratégias para a execução do estudo.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

O tipo de pesquisa neste trabalho é exploratória e descritiva. A grande contribuição das pesquisas descritivas é proporcionar novas visões sobre uma realidade e as organizações da economia social. De acordo com Gil (2008), as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de uma população, fenômeno ou de uma experiência ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas estão na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática e instrumentos como a observação e o formulário.

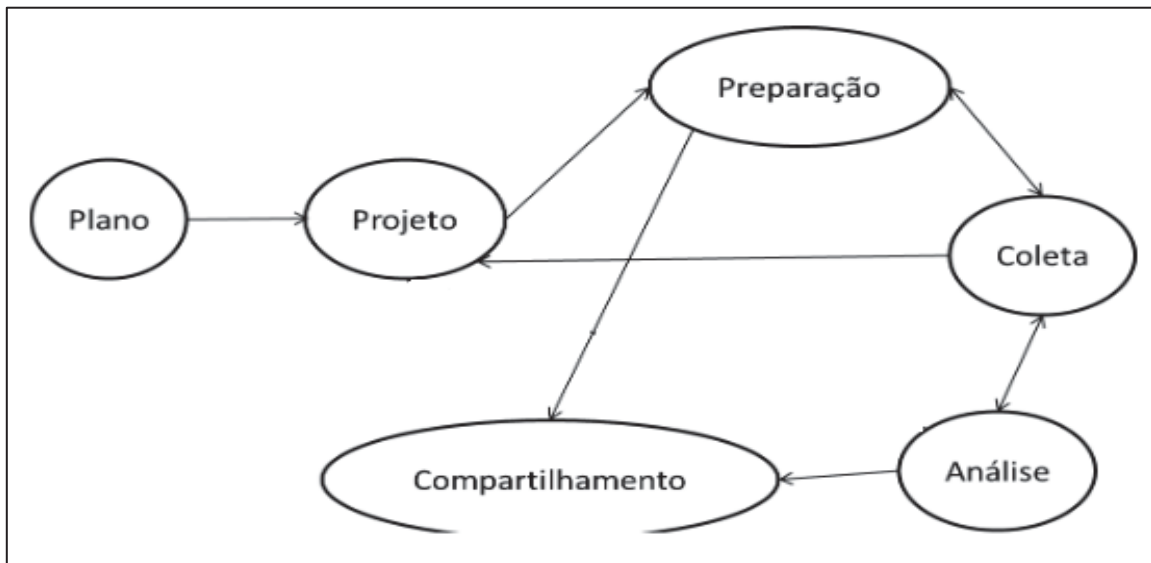
Entre as pesquisas descritivas, salientam-se aquelas que têm por objetivo estudar, por exemplo, quais as características de um determinado grupo em relação a sexo, faixa etária, renda familiar, nível de escolaridade etc. Outras pesquisas deste tipo são as que se propõem a estudar o nível de atendimento dos órgãos públicos de uma comunidade em geral, as condições de habitação de seus habitantes, o índice de associações dos surdos que se registra etc. Também serão pesquisas descritivas aquelas que visam descobrir a existência de associações entre variáveis, como, por exemplo, as pesquisas eleitorais que indicam a relação entre preferência político-partidária e nível de rendimentos ou de escolaridade.

As pesquisas descritivas são realizadas por pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática e, também, são as mais solicitadas por organizações como instituições educacionais, empresas comerciais, partidos políticos etc. Quanto à estratégia de pesquisa, foi adotado o estudo de caso. Yin (2010) explica que o estudo de caso é usado em muitas situações, para contribuir ao nosso conhecimento dos fenômenos individuais, grupais, políticos e relacionados. Em todas essas situações, a necessidade diferenciada dos estudos de

caso surge do desejo de entender os fenômenos sociais da vida real. Essencial é usar múltiplas fontes de evidência, de forma que os dados convirjam de modo triangular.

O estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes. A descrição do processo de pesquisa estudo de caso pode ser evidenciada na Figura 6.

Figura 6 – Processo de coleta de dados em estudos de caso



Fonte: Adaptado de Yin (2010).

De acordo com Yin (2010), o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa que utiliza de seis fontes de evidências para a coleta dos dados, como: documentação, registros em arquivos, entrevistas, observação diretas, observação participante e artefatos físicos. Por isso, o tipo de dado coletado pode variar, o que requer diferentes formas de análise e abordagens.

Os estudos de Creswell (2010), sobre o desenvolvimento da pesquisa nas ciências sociais e humanas, realçam a expansão de investigações que articulam abordagens quantitativas e qualitativas, os procedimentos mistos. Para o autor, esses procedimentos decorrem da necessidade de reunir dados quantitativos e qualitativos na coleta e análise de dados em um determinado estudo. O processo de coleta de dados, a partir de procedimentos mistos (quali-quantitativos), envolve dados numéricos ou estatísticos, bem como informações textuais.

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população do estudo é formada pelos residentes no município de Pouso Alegre, os quais representam um universo de 143.846 pessoas, conforme estima o IBGE (2016).

A amostra do estudo é constituída por membros da comunidade surda daquele município, os quais são representados por 271 deficientes auditivos e/ou surdos que “não conseguem de modo algum”, como descreve o Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2016).

Os sujeitos da pesquisa, selecionados aleatoriamente e por adesão voluntária à pesquisa, foram representados por onze pessoas da comunidade surda local, sendo 4 ouvintes e 7 surdos.

3.3 COLETA DE DADOS

Os dados foram coletados na comunidade surda e ouvinte através de observação direta e através de entrevista com as pessoas surdas e ouvintes. As entrevistas foram agendadas a partir de maio de 2016, no município de Pouso Alegre, em Minas Gerais.

A coleta de dados foi efetivamente para obter as informações necessárias para atingir os objetivos. Através da análise do projeto de inclusão dos surdos na sociedade em geral, o relatório detalhou as melhorias para a evolução nos processos de comunicação entre surdos e ouvintes na comunidade.

Os estudos quali-quantitativos envolvem coleta de dados com diferentes instrumentos, podendo ser utilizados pesquisa documental, questionários com questões estruturadas ou não, entrevistas, bases de dados secundárias, outras. No presente estudo, foi necessário utilizar todos esses recursos metodológicos. Os dados relativos ao contexto foram coletados em diversos bancos de dados (IBGE, em especial), mas também em páginas eletrônicas disponíveis na Internet, como consta no Quadro 4.

Quadro 4 – Endereços úteis para pesquisa na Internet

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
http://www.ibge.gov.br/
Prefeitura Municipal de Pouso Alegre
http://www.pousoalegre.mg.gov.br/
MEC: Ministério da Educação
http://www.mec.gov.br/
Secretária de Educação de Minas Gerais
https://www.educacao.mg.gov.br/
Governo do Estado de Minas Gerais
https://www.mg.gov.br/
Superintendência Regional de Ensino de Pouso Alegre
http://srepousoalegre.educacao.mg.gov.br/
Câmara Municipal de Pouso Alegre
http://www.cmpa.mg.gov.br/
INES: Instituto Nacional de Educação de Surdos
http://www.ines.gov.br/
FENEIS: Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos
http://www.feneismg.org.br/
ASMG: Associação dos Surdos de Minas Gerais
http://www.asmg.org.br/
FMDS: Federação Mineira Desportiva dos Surdos
http://www.fmds.org.br/
CBS: Confederação Brasileira de Surdos
www.cbsurdos.org.br
LIBRAS – Minas Gerais
http://www.librasgerais.com.br/

Fonte: A Autora.

Os dados relativos à comunidade surda foram coletados por meio de questionários aplicados às pessoas surdas e às pessoas ouvintes no município de Pouso Alegre, como descrito no item “população e amostra”.

O resultado da pesquisa na internet busca catálogos e alguns acervos documentais on-line, geralmente fornecem orientações para a pesquisa na internet e, ainda, remetem a endereços relacionados a assuntos nas mais diversas áreas do conhecimento.

Nosso desafio maior é a parte da pesquisa bibliográfica, porque não há muitos documentos deste processo, pois é muito recente esta realidade da pesquisa pelo IBGE (2016), assim como ingresso de pessoas surdas usuárias nativas da LIBRAS.

Os dados foram coletados em maio de 2016 e foram realizadas como consta no questionário constituído por perguntas abertas para pessoas surdas e ouvintes, a mesma foi orientada pelo apresentado no Apêndice A. Na figura 7, a entrevista com a comunidade surda.

Figura 7 – Forma de realização da entrevista com a comunidade surda.



Fonte: <https://goo.gl/9VvRsW>

As questões à comunidade surda de Pouso Alegre foram disponibilizadas em vídeo por meio do YouTube, num vídeo gravado em LIBRAS e traduzido com voz para as pessoas ouvintes. Conversação aberta no Facebook e WhatsApp com vídeos em LIBRAS sobre: o que significa associação, a história da associação dos surdos no Brasil, por que acha importante a criação da Associação dos Surdos em Pouso Alegre? Na pesquisa descritiva, a entrevista realizada com surdos e ouvintes, ambos responderam que “SIM”, sobre a necessidade de ter uma Associação de Surdos em Pouso Alegre.

A abordagem da pesquisa deve ser qualitativa e quantitativa, pois primeiramente deve-se entrevistar uma ou mais pessoas para posteriormente poder elaborar o formulário e aplicar para todos os outros envolvidos. A pesquisa constitui-se de perguntas abertas e fechadas, aplicadas aos onze sujeitos da pesquisa. Entre eles estão professores, intérpretes e estudantes. No Apêndice B consta o questionário aberto aplicado.

Os dados coletados foram tabulados em forma de texto, quadros. As questões abertas foram transcritas e analisadas no conjunto.

3.4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

Após coletar os dados para o desenvolvimento do trabalho, foi necessária a análise e interpretação dos mesmos, o que foi realizado de acordo com a estatística descritiva simples (frequência) e o método análise de conteúdo.

Foi realizada a análise qualitativa dos dados coletados por meio de entrevistas e da descrição da sociedade local. A análise quantitativa foi feita com base nos dados estatísticos disponíveis no IBGE (2016) e da caracterização dos entrevistados.

Na página eletrônica do IBGE, a qual foi acessada pela rede mundial de computadores (Internet), estão disponíveis infinitos dados, índices, gráficos, estatísticas, enfim, informações sobre a população, sociedade e economia do país, nas esferas federal, estadual e municipal. Por essa razão, buscou-se no Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2010) e no relatório Cidades (IBGE, 2016) todas as informações necessárias ao conhecimento da sua realidade e ao exercício da cidadania.

Também buscou-se relacionar a percepção de surdos e ouvintes e, analisando as opiniões das mesmas, a respeito da necessidade de criar uma associação de surdos, a partir da entrevista – questionários abertos, sendo escolhidos pelo pesquisador, onde cada um fez sugestões importantes sobre associação dos surdos.

3.5 VARIÁVEIS DE ESTUDO

- ✚ **Comunidade surda** – é formada por surdos e ouvintes que convivem nessa comunidade, como familiares de surdos, intérpretes, professores, amigos e outros. As pessoas que também identificam com a LIBRAS e com os movimentos surdos.
- ✚ **Organização da economia social** – são organizações sem fins lucrativos, não-governamentais, geralmente formadas e gerenciadas por voluntários. Caracterizam-se por diferentes tipos organizacionais, como associações; fundações; institucionais; organizações públicas e privadas; coletivas; bens e serviços públicos e privados;
- ✚ **Plano de constituição** – contempla um conjunto de itens orientadores estratégicas de constituição da associação de surdos. Ela contempla descrição detalhada dos propósitos, estrutura organizacional, orçamento e a minuta de um estatuto.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A principal tarefa do pesquisador e entrevistador da comunidade surda, em geral, é a análise e a interpretação dos dados gerados através do presente estudo e, a partir disso, encontrar e traçar uma amostra dos entrevistados, entre surdos e ouvintes no município de Pouso Alegre.

4.1 DESCRIÇÃO DA COMUNIDADE LOCAL

Pouso Alegre é um município brasileiro do Estado de Minas Gerais (Figura 8), localizada a 22°13'48" de latitude sul e 45°56'11" de longitude oeste de Greenwich, a uma altitude de 832 m, com uma área de aproximadamente 543,068 km². A população estimada pelo IBGE, em 2015, é de 143.846 habitantes, sendo o 2º município mais populoso do Sul de Minas e o 17º do estado de Minas Gerais.

Figura 8 – Localização geográfica de Pouso Alegre.

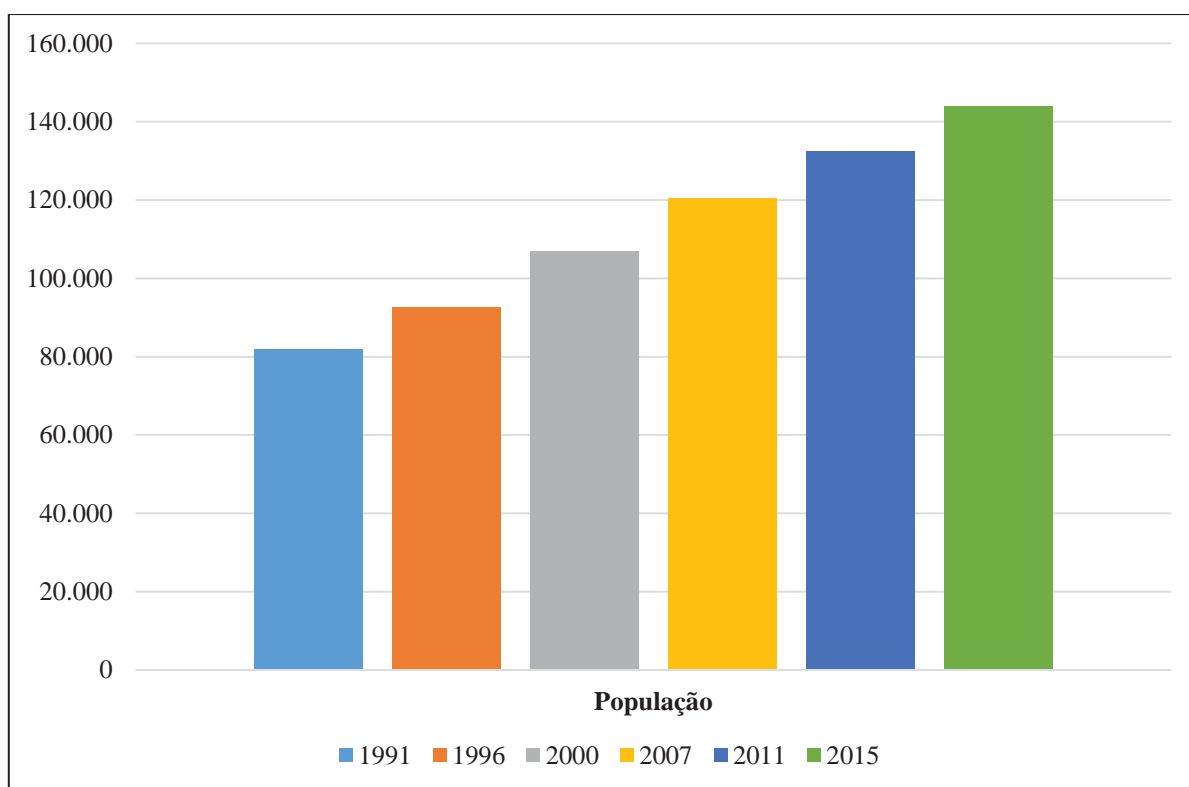


Fonte: IBGE, 2015.

De acordo com a Câmara Municipal de Pouso Alegre, uma das cidades que mais crescem em população no estado de MG e no Brasil, com uma média anual de 2,6%. A população era de aproximadamente 96 mil habitantes em 1996, subindo para 130.615 habitantes em 2010 e chegando aos 143.846 habitantes, segundo o IBGE (2015). Embora com grande população urbana, estima-se que aproximadamente 10 mil pessoas habitam a zona rural. A cidade concentra o segundo maior colégio eleitoral do sul de Minas.

Na Figura 9 pode-se visualizar a evolução histórica do tamanho da população de Pouso Alegre, no período 1991-2015.

Figura 9 – População de Pouso Alegre, de 1991 a 2015.



Fonte: IBGE (2015).

De acordo com Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2015), a população residente em Pouso Alegre com deficiência auditiva e apenas apresenta alguma dificuldade é de 4.909 pessoas. Contudo, pessoas com deficiência auditiva e que não conseguem de modo algum, são apenas 271, como mostra a Tabela 1.

Tabela 1 – População residente com deficiência auditiva.

Perfil da população residente	N de pessoas
População residente com deficiência auditiva – alguma dificuldade	4.909
População residente com deficiência auditiva – grande dificuldade	1.289
População residente com deficiência auditiva – não consegue de modo algum	271

Fonte: IBGE (2015)

É importante destacar que pessoas com alguma deficiência auditiva é diferente daqueles que não conseguem de modo algum. Ambas são relevantes para a associação a ser formada, contudo, para compor a quadro de associados, serão consideradas as 271 pessoas com deficiência auditiva e que não conseguem de modo algum. As demais serão convidadas a participar de acordo com seu interesse/necessidade.

Conforme a Câmara Municipal de Pouso Alegre, quanto à estrutura logística, econômica e comercial de Pouso Alegre, pode-se destacar que é o principal entroncamento rodoviário da região, cortado por cinco rodovias, sendo três estaduais e duas federais e a 110 km da Rodovia Dom Pedro (SP) que constituem ligações diretas com grandes centros consumidores, como Campinas, Ribeirão Preto, São José dos Campos, Belo Horizonte e São Paulo, razão pela qual há mais de 70 empresas de logística instaladas na cidade. A logística da cidade atraiu a instalação do centro de distribuição da Unilever.

Ainda, há 16 agências bancárias e um posto avançado do BNDES, além de pequenos postos bancários na Justiça Federal, Ministério do Trabalho e na Univás. Todas essas agências bancárias são fonte de emprego à comunidade surda, pois possuem uma política de inclusão social.

De acordo com o Informativo do Centro de Estatística e Informações (Informativo CEI), da Fundação João Pinheiro, Pouso Alegre possui o 18^a maior Produto Interno Bruto do estado e o 3^o maior da região do Sul de Minas. A economia do município cresceu rapidamente nos últimos anos devido à chegada de diversas empresas e indústrias multinacionais. Os dados sobre o PIB remontam ao ano de 2011 e foi divulgado em dezembro de 2013. No período analisado, a soma de todas as riquezas produzidas no município alcançaram R\$ 3,408 bilhões.

Ainda, “Pouso Alegre é referência em saúde e comércio para as cidades vizinhas. Há inúmeras clínicas de saúde, centro de medicina nuclear e três hospitais, sendo o maior deles o Hospital das Clínicas Samuel Libânio, que conta com um centro oncológico, um hemocentro estadual, pertencente à Fundação Hemominas, que recebe cerca de 70 candidatos a doação por

dia, atendendo a demanda de hemocomponentes de cerca de 52 municípios da região” (CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE, 2016).

Outro dado relevante para alocar pessoas com deficiência auditiva é o fato de Pouso Alegre ter um pólo regional, voltada para a área comercial e industrial. Há mais de 4.500 pontos comerciais pelo município, segundo os dados da Associação de Comércio e Indústria de Pouso Alegre (ACIPA). Em 2011 foi iniciada a construção do Serra Sul Shopping.

Pouso Alegre possui a maior população rural do sul de Minas e uma das maiores de MG, ao todo são 10.984 habitantes no campo (IBGE, 2015). Conforme a Prefeitura de Pouso Alegre, em 2009, este município foi o que mais gerou empregos da região sul de Minas. Foram 20.044 admissões somente nesse ano. A média de criação de novas vagas na cidade é maior do que a média estadual. Em Minas Gerais, a variação de emprego ficou em 2,65%, já em Pouso Alegre a taxa atingiu 5,29%. Nos últimos seis anos, a economia do município cresceu 48,55%. Esses números indicam que Pouso Alegre segue no rumo certo, em direção ao desenvolvimento.

Como apresentando até aqui, Pouso Alegre se configura como um município que pode alocar pessoas com deficiência auditiva em várias atividades produtivas (comércio, ensino, indústria, pesquisa, etc.) e em diferentes tipos organizacionais (lojas, agências bancárias, empresas de pesquisas, empresas: industriais etc.).

O Instituto Filippo Smaldone, de caráter filantrópico pode ajudar a comunidade surda no atendimento especializado para crianças o que poderia ser feito com a Associação de Surdos. A estrutura existente é formada por pedagógico, fonoaudiólogo, odontológico, psicológico, serviço social, fisioterapêutico, terapêutico ocupacional e enfermeiro.

4.2 DESCRIÇÃO DA COMUNIDADE SURDA EM POUSO ALEGRE

Para a realização da presente pesquisa, foram entrevistadas 11 pessoas da comunidade local, os quais se caracterizam como sendo quatro ouvintes e sete surdos. Os entrevistados encontram-se na faixa etária adulta, sendo que seis encontram-se na faixa etária entre 30 e 40 anos, cinco entrevistados estão na faixa etária entre 20 e 30 anos de idade. Com relação ao gênero cinco entrevistados são do gênero masculino e seis do gênero feminino. Sobre a fluência em Libras, oito entrevistados declararam-se fluentes e três não fluentes.

Na Tabela 2 são apresentados os detalhes do perfil dos sujeitos da pesquisa.

Tabela 2 – Perfil dos sujeitos da pesquisa

Variável de análise	Características	N
Qualificação dos respondentes	Surdos	7
	Ouvintes	4
Gênero	Feminino	6
	Masculino	5
Faixa etária	Entre 30 e 40 anos	6
	Entre 20 e 30 anos	5
Estado civil	Solteiros	6
	Casados	2
	Divorciados	2
	Outros	1
Cor/raça	Branca	8
	Parda	2
	Amarela	1
Rendimento mensal, em salário mínimo (SM)	Menos de 1 SM	1
	De 1 a 2 SM	2
	De 2 a 3 SM	3
	De 3 a 5 SM	3
	Mais de 5 SM	2
Escolaridade	Ensino Médio Incompleto	1
	Ensino Médio Completo	3
	Ensino Superior Incompleto	1
	Ensino Superior Completo	2
	Pós-Graduação	2
	Mestrado	2
Profissão	Estudante	2
	Desempregado	2
	Auxiliar de produção	1
	Professor	2
	Intérprete	1
	Engenheiro	2
	Técnico de formação profissional	1

Fonte: Dados da pesquisa.

No município de Pouso Alegre foram observados os tipos de pessoas entre surdos e ouvintes como à fluência de Língua Portuguesa (língua oral e escrita) e fluência de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Os conjuntos que implicam o processo de comunicação no periódico do mercado de trabalho nos quais os surdos e que confirmam existir superfícies diferentes de comunicação são as seguintes, segundo o autor surdo Friedrich (2010, p. 17):

- a) Surdos fluentes em LIBRAS;
- b) Surdo pouco fluente em LIBRAS: conhece pouca a língua de sinais, comunicação superficial em LIBRAS e conhece pouca a Língua Portuguesa (oral e escrita);
- c) Surdo não fluente em LIBRAS: não conhece LIBRAS e não conhece a Língua Portuguesa oral e/ou escrita;
- d) Surdo oralizado (sabe fazer a leitura labial da Língua Portuguesa e sabe se expressar através desta oralmente);
- e) Ouvinte fluente em LIBRAS: sabe se comunicar em LIBRAS;
- f) Ouvinte com pouco conhecimento de LIBRAS: conhece alguns sinais da língua de sinais devido a uma pequena convivência;
- g) Ouvinte que não sabe nada de LIBRAS: tenta os primeiros contatos com surdos em comunicação de LIBRAS, mas tem receio, pois desconhece esta forma de comunicação.

São múltiplos os casos de estudo, como por exemplo, em que a comunicação que acontece entre os conjuntos dependendo das pessoas surdas e ouvintes, mas a associação pode oferecer os cursos observando quais são os níveis à dificuldade na comunicação com os ouvintes, os quais representam a maioria em qualquer sociedade.

Deste modo, são estas as percepções de comunicação a serem consideradas no debate sobre inclusão de surdos. De acordo com Oliveira (2014), a história de vida dos surdos ilustra a trajetória de uma minoria que enfrenta as consequências da barreira linguística, que a torna um estrangeiro em seu próprio país.

A primeira pessoa surda que nasceu na cidade de Pouso Alegre, buscou o contato dos surdos nos encontros locais, viajava e buscava os conhecimentos sobre a Associação dos Surdos e a Língua de Sinais na cidade de Varginha (MG), Poços de Caldas (MG), São Paulo (SP) e Brasília (DF). Quando de seu retorno, fez uma reunião com o grupo de adultos surdos e propôs a criação de uma Associação de Surdos, mas não conseguiu concretizar suas ideias.

Depois veio outro surdo que percebeu a mesma demanda advinda da comunidade surda, contudo enfrentou dificuldades em razão da falta de um espaço físico para instalar a associação. Mesmo assim ele não desistiu e começou um programa de palestras para todos os surdos, os quais vinham à Pouso Alegre das cidades do entorno para assistirem palestras sobre o significado da associação de surdos, bem como de implementar um conjunto de atividades, como esportes, lutas, entre outros também para a comunidade surda, tendo em vista que os ouvintes já eram beneficiados com as referidas atividades.

O surdo lutou muito para que suas ideias se tornassem realidade, mas acabou desistindo de sua proposta. O entrevistado A1 assim declarou sua história:

Quando eu tinha 4 anos minha família se mudou para Pouso Alegre, em Minas Gerais. Eu morei por 14 anos em Minas Gerais. Comecei a ter contato com crianças surdas. Estudava em uma escola de surdos, em momentos fora da escola nos encontrávamos em espaços tais como: casa de amigos, shopping, em praças entre outros locais públicos, contudo sentia a falta de um espaço comum em que todos os surdos pudessem se encontrar para bater papo e conviver. Sempre que os alunos da escola eram convidados para eventos, na cidade de Pouso Alegre ou outras cidades os alunos e as Irmãs viajavam para feiras, palestras, encontro de Intérpretes. Em uma ocasião viajamos para Brasília no encontro de ex. alunos, outra vez fomos até São Paulo em uma palestra sobre diversidade e deficiência e acessibilidade. Na escola a professora de Educação física e as Irmãs nos levavam para campeonatos de esportes e concursos de danças e teatro, momentos em que os alunos eram recompensados com medalhas e prêmios. O processo durante o ensino médio era em turmas de inclusão o que era bastante difícil, no turno inverso as Irmãs buscavam a mim e os meus colegas surdos para aulas de reforço. Concluí o ensino médio e vim morar em Passo Fundo. Comecei a estudar na faculdade e só então pude perceber que em Pouso Alegre não havia um espaço para os surdos, ou seja, uma associação de surdos.

Os surdos então, perceberam a importância em criar uma associação dos surdos em Pouso Alegre, como declaram os surdos a seguir descritos:

Sim, minha opinião que associação dos surdos é muito importante, porque quando as pessoas ouvintes entram na associação, ter contato com os surdos, aprender em LIBRAS, e também faz o curso de Libras, tem vários cursos, associação ter de ajudar para surdos vagas de trabalhos. [A2]

Acho uma boa ideia vai ajudar bastante os surdos aqui é muito importante. Bom seria importante para ajudar os surdos a conseguirem um bom emprego, conseguir benefícios é importante para ajudar os surdos conseguirem seus direitos. Aqui em Pouso Alegre não conseguem aposentadorias INSS, também não conseguem ganhar casa no programa minha casa e minha vida. Muito não tem passe livre não consegue fazer carteirinha de ônibus gratuita. [A3]

Os ouvintes também se manifestaram a respeito e consideram uma ação positiva para toda a sociedade ter uma associação de surdos. Na visão dos entrevistados ouvintes A4 e A5, “seria ótimo” se relacionar com surdos na sociedade, bem como capacitarem-nas para a inclusão social.

Nas suas palavras:

Eu acho que seria ótimo, com relação das outras pessoas se comunicarem melhor com os surdos e os surdos entenderem melhor as outras pessoas. Por nem todos entendem os sinais de LIBRAS. A importância da associação seria na ajuda entre a comunicação entre os surdos, porque nem todos sabem a língua de sinais. A associação ajudaria a comunicação entre ouvintes e surdos, aprendizado de ambos. Pode colaborar em relação ao preconceito, assim se acaba com a relação de que surdos não podem fazer as mesmas coisas que pessoas ouvintes. Acho que seria isso. [A4]

Acho importante para orientar as pessoas que são surdas a se engajarem na sociedade serem incentivadas a estudar e fazer uma faculdade, criar cursos de aperfeiçoamento para os surdos. Orientar tipo com advogados e na política. Associação pode colaborar em serviços sociais os tipos com cursos, encaminhamentos jurídicos, médico, com as palestras, motivadoras. [A5]

Após investigar pessoas da comunidade a respeito dos processos de motivação entre surdos e ouvintes na cidade de Pouso Alegre, constatou-se que a maioria entende ser necessário ter uma associação de surdos no município. A comunidade declarou esperar que a referida associação venha a desenvolver diversas atividades, dentre as quais artísticas e culturais específicas para esse público.

Os tipos de atividades podem ser realizados dentro da associação onde os surdos podem ter o contato com a música, arte e dança. E outras atividades, como palestras de instruções para que a população em geral possa entender as necessidades dos surdos serem bem atendidos. Comércio, escolas, órgãos públicos, etc. Inclusão dos surdos na sociedade; inserção da sociedade em palestras e cursos visando estreitar o entendimento na comunicação entre surdos e ouvintes. Esporte, cultura, curso, transporte, evento, festa, palestra, reunião, entre outros. Educação, Política, saúde e acessibilidade.

Na opinião dos respondentes, uma associação de surdos também pode ensinar língua de sinais para os ouvintes por apostilas e intérpretes, iniciando com aulas práticas as quais incluem conversação. A proposta depende da presença de intérpretes de libras, os quais atuam como agentes responsáveis para aproximar ouvintes e surdos, ensinando e aprendendo juntos.

Outra atividade considerada pelos entrevistados como determinantes para serem realizadas por uma associação de surdos é promover cursos de qualificação profissional. Os entrevistados acreditam que, através de pequenos cursos, nos quais são utilizadas frases do cotidiano organizacional, o processo ensino-aprendizagem resulta em maiores espaços de socialização do surdo, como em lojas, bancos, autoescola e outros espaços de convivência em sociedade, os quais fazem parte do cotidiano de qualquer cidadão. Os mesmos cursos podem ser divulgados em *spotlights* nesses mesmos ambientes, com pequenas frases em português e em libras.

Outra proposição apresentada pelos entrevistados foi a disponibilização de espaços para atividades esportivas, como natação, vôlei, ciclismo, handebol, futebol, futsal, basquete e outros esportes coletivos. No entanto, tais esportes dependem de disponibilidade de espaço físico, infraestrutura e recursos financeiros.

Vocês pensam ser importantes uma eleição da diretoria a maioria respondeu "SIM", "importantíssimo para poder ter uma hierarquia e ser uma associação organizada. Com certeza, faz parte da organização da estrutural da instituição."

A associação dos surdos pode apoiar o trabalho do tradutor intérprete. Dando a oportunidade de acompanhar a trajetória dos surdos. Disponibilizando cursos para uma educação continuada. Através de divulgação do trabalho e campanhas de conscientização e treinamentos. Cursos técnicas e capacitação para as intérpretes.

É no espaço da associação de surdos o local adequado para se desenvolver atividades com as famílias dos surdos e com as crianças, sejam elas surdas ou ouvintes com vistas a promoção efetiva da inclusão. A participação de todos os membros das famílias dos surdos é um desafio, mas também representa uma oportunidade para a inclusão da criança no seu espaço de convivência, tanto em escolas como na comunidade em geral. Aulas básicas de LIBRAS, bem como pedagogia para as famílias ajudarem as crianças surdas a aprenderem conteúdos das diferentes disciplinas escolares são fundamentais na formação de uma nova sociedade, que respeita as diferenças e que pratica a transdisciplinaridade. Estimular que todos saibam LIBRAS para facilitar a comunicação com os surdos também representa um apoio social no sentido de orientar quais escolas atende os surdos com trabalhos diferenciados, que ensinam LIBRAS e que promovem o processo ensino-aprendizagem.

Acredita-se que, dessa forma, as pessoas possam conhecer-se, valorizar costumes e tradições, bem como ampliar o espaço de comunicação. Todos esses conteúdos devem ser contemplados pelas ações estratégicas da Associação, para que os surdos participem ativamente da vida em comunidade e que amplie a consciência (não apenas a percepção!) dos membros da sociedade da necessidade de inclusão social dos surdos, de atendê-los com carinho, respeito e muita atenção. Assim espera-se "dar vida e liberdade" aos surdos, além do desenvolvimento pessoal.

No que tange à inclusão escolar do surdo, é por meio da Associação que pode-se estabelecer o suporte necessário para a escola, por meio de parcerias, disponibilização de intérpretes e divulgando a cultura surda para a escola. Por outro lado, também o estudante surdo terá na Associação o apoio legal para que as escolas cumpram com os direitos dos surdos, ou seja, contratando intérpretes para cada sala de aula que estiver um surdo, bem

como ensinando LIBRAS aos surdos e professores por meio da oferta personalizada de oficinas, visitas de estudos e cursos de curta ou de longa duração.

Essa proposta encontra-se alinhada à formação pedagógica de professores impressa na Política Nacional de Educação, determinada pelo Ministério da Educação. A Associação de surdos pode ajudar no movimento bilíngue através de aulas e treinamentos com professores formados em Letras/Libras e também com intérpretes que já tenham vasta experiência. Proporcionando cursos, fazendo maior divulgação da necessidade de se aprender o básico da LIBRAS.

Numa outra dimensão, A Associação pode colaborar em serviços sociais dando um suporte a sociedade, buscando e resgatando surdos que estejam e sintam-se excluído. Dando todo o apoio necessário que os surdos e sua respectiva família necessitam. Implantando programas de esclarecimento e conscientização. Organizando eventos a respeito desse tipo de inclusão social e acessibilidade. Uma alternativa é a oferta de cursos profissionalizantes para os surdos. A maioria dos sujeitos da pesquisa responderam “SIM” a essa proposta e afirmam que: “Seria bem interessante, pois, ainda há poucos surdos em nossa região que frequentam o ensino superior e esses cursos ajudariam os surdos a se incluírem no mercado de trabalho”.

A associação pode divulgar sobre a cultura surda e identidade surda, trazendo assim conhecimento para a sociedade. Palestras, documentários, experiência de vida, etc. Divulgar nas praças e campanhas, passar as informações para outros lugares. Realizando peças de teatro e convidando a sociedade para participar da associação. Com atividades em diversos locais, não só associação. Realizando palestras nas escolas, igrejas e convenções e envolvendo a mídia.

A Associação de Surdos pode apoiar a comunidade surda, mostrando as oportunidades de mercado em diferentes atividades profissionais e sociais. A maioria afirma que “é tudo isso que precisamos, mas não sabemos como fazê-lo”, então limitam-se a fazer o básico, pois não percebem as oportunidades. Como afirma Oliveira (2014), os surdos vivem num mundo de silêncio e dependem dos ouvintes e dos intérpretes para ouvir o mundo. Portanto, disponibilizando cursos de libras, reforço em matérias escolares, oferecendo cursos profissionalizantes, curso de informática, auxiliando os surdos que estão no ensino superior. Através de cursos de Libras, de informações sobre as escolas que tem trabalhos diversificados com os surdos, informações sobre onde encontrar intérpretes para auxiliá-los em locais públicos, informações sobre os diversos direitos que eles têm, como por exemplo, passe livre no transporte público etc. Ampliando o conhecimento social sobre o assunto.

Esta organização pode oferecer os cursos para surdos e ouvintes. Palestras sobre Cultura Surda e Identidade Surda, para toda comunidade em geral, ajudando assim a entender as diferenças linguísticas e culturais dos surdos. Pois estes se localizarão no mercado de trabalho o que promoverá suas relações na sociedade.

Compartilhamento dos ouvintes com os surdos na efetivação de trabalhos em sala de aula, sem que haja a barreira da comunicação. Esta é uma oportunidade natural de aprenderem juntos. Não precisa ter medo da língua de sinais, pois ela é uma forma de comunicação como qualquer outra língua.

Os surdos têm o direito de organizar uma associação, não só para lutar por seus interesses diante a sociedade, mas também para trazer seu desenvolvimento social, enquanto constituam pessoas como quaisquer outras, com personalidade e inteligência íntegra, sendo úteis à sociedade, quanto lhes são oferecidas oportunidades educacionais e de trabalho.

4.3 PLANO PARA CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

Com vistas a constituição de um associação de interesse da comunidade surda investigada, a seguir apresenta-se os elementos centrais que devem ser discutidos entre os interessados a atuarem na mesma como associados. Também, como Apêndice C, apresenta-se uma proposta de Estatuto Social, tomando como referência os termos do adotado para constituição da Associação dos Surdos de Passo Fundo.

A proposição contempla criar a ASSOCIAÇÃO DOS SURDOS DE POUSO ALEGRE – ASPA, a ser regida pelos seguintes termos:

Objetivos sociais

- a) Promover a inclusão social dos surdos através de atividades educacionais, socioculturais e esportivas;
- b) Garantir ao surdo a oportunidade de desenvolver potenciais como ser humano, conhecer os limites, melhorar autoestima, tornando-se assim capaz de fortalecer a identidade e preencher os direitos como qualquer cidadão;
- c) Integrar os surdos na sociedade dos ouvintes.

✚ Atividades a serem desenvolvidas

- a) Interpretação, atendimento, oficinas, cursos, apoio pedagógico, secretaria, atendimento psicológico, serviços sociais, encaminhamento do passe livre. Prestação de serviços de tradução e interpretação da Língua Brasileira de Sinais a terceiros;
- b) Oferta de curso da Língua Portuguesa para surdos; curso de instrutores de LIBRAS; estimulação as crianças surdas em Libras; curso de informática; curso de administrativo e financeiro; artes visuais; curso de Libras para a comunidade em geral; organizar as palestras, eventos, nacionais e internacionais; representar e divulgar as sociedades conhecimento da cultura surda e a língua de sinais;
- c) Disponibilização de equipe técnica e executiva: intérpretes de LIBRAS; instrutor de LIBRAS; limpeza; assistentes sociais; presidência; vice-presidência; secretária; tesouraria.

✚ Estrutura Organizacional e descrição das atividades por cargo

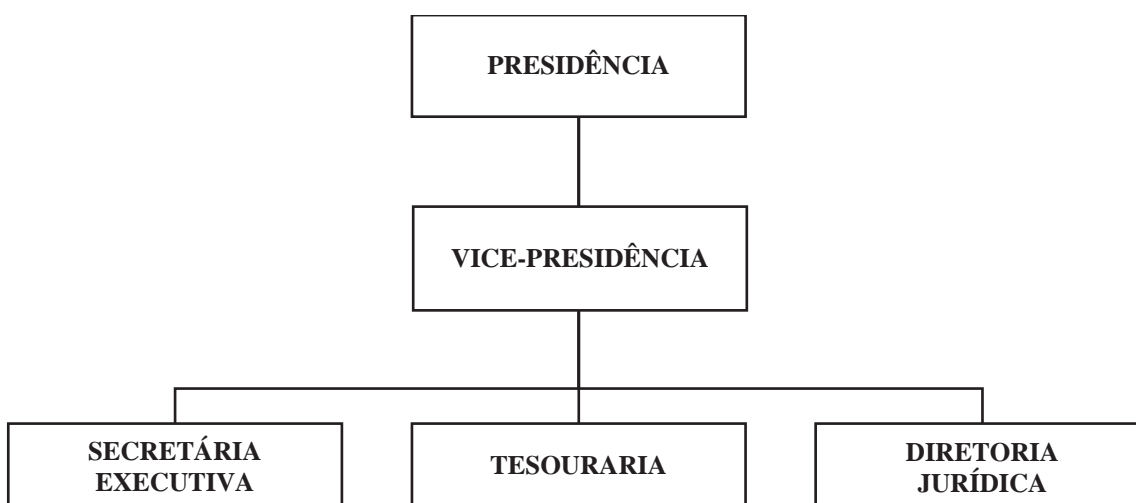
O funcionamento de uma Associação, no contexto brasileiro, depende de uma série de atividades legais, as quais são reguladas por uma estrutura de governança. Para a presente proposta, optou-se pela estrutura recomendada pela legislação, a qual é constituída pelos seguintes cargos:

- **Presidência:** classificará atividades gerais características da Associação de Surdos e Tradutores/Intérpretes; dirigir-se anualmente aos sócios efetivos, relatórios de atividades e demonstrativos contábeis das despesas administrativas e de projetos; bem como os conselhos Auditores Independentes, ou Conselho Fiscal, se este estiver instituído, sobre os balancetes e balanço anual. Contratar, nomear, licenciar, interromper e demitir funcionários administrativos e técnicos da Associação de Surdos e Tradutores/Intérpretes de LIBRAS; preparar e submeter a Assembleia Geral o orçamento e plano de trabalho anual; adquirir, alienar ou registrar os bens imóveis da Associação, mediante permissão demonstrada da Assembleia Geral;

- **Vice-presidência:** distribuir em cooperação com as atividades da Presidência e suprir seu titular quando necessário. Orientar e fiscalizar o cumprimento das diretrizes e normas emanadas da Assembleia Geral e Diretoria. Pronunciar com órgãos e instituições públicas ou privadas no interesse da entidade; seguir e avaliar junto com o Presidente o andamento dos trabalhos da entidade.
- **Secretaria Executiva:** ordenará a efetivação das atividades institucionais, programas, atividades administrativas gerais da Associação de Surdos e Tradutores e Intérpretes de Libras;
- **Tesouraria:** Responsável pelas atividades da sede social, do quadro de sócios e responde pela gerência administrativa e financeira da associação;
- **Diretoria Jurídica:** Implementar e coordenar informações de ordem legal e de avaliação de risco, necessitando todos os contratos firmados pela ONG ser submetidos ao diretor jurídico para avaliação, o qual cumpre, ainda, a função de manter tais contratos atualizados, organizando adequações estabelecidas por lei.

Os órgãos de governo e cargos propostos para a governança da Associação são considerados básicos para o funcionamento de uma organização da economia social. Na Figura 10 apresenta-se o organograma funcional para evidenciar os níveis hierárquicos dos referidos cargos.

Figura 10 – Organograma funcional proposto para a Associação



Fonte: Autora

Recursos

Para que as atividades desenvolvidas pela Associação ASPA possam ser implementadas e ter continuidade, são necessários recursos. A proposta é arrecadar recursos de pessoas voluntárias, bem como associados e verbas municipais para garantir a realização dos cursos de formação e capacitação dos profissionais envolvidos e também os custos fixos do funcionamento como, aluguel, energia, água, manutenção, limpeza, etc. Outra parte dos valores coletados será gerado pelas vendas de cursos, palestras especiais e materiais de estudos.

Uma importante fonte de receitas será a realização de vendas sociais na comunidade, como: rifas, cachorros quentes, churrascos, doces, sorteios, entre outros, podem também servir como fonte de renda para a Associação. As taxas e os valores doados pelos sócios à ASPA poderão ser utilizados para subsídios de passeios turísticos com fins culturais, eventos entre associações no país, seminários e palestras.

Sendo assim, o orçamento mensal da Associação dos Surdos de Pouso Alegre está estimado em torno de R\$ 10.000,00, sendo

- Receitas estimadas R\$ 8.630,00 e despesas estimadas R\$ 8.590,00 em gerais.
- O levantamento dos dados revelou que os serviços a serem ofertados pela associação são cursos e oficinas voltadas à formação técnico-profissional e social dos associados.
- Os custos envolvidos são de R\$ 8.600,00 mensais.

Na Tabela 3 são apresentados os valores relativos às receitas esperadas pela Associação, bem como as contas para sua aplicação, denominada “despesas”. Na proposta, as receitas derivam de diferentes fontes, tanto públicas quanto privadas.

Tabela 3 – Orçamento mensal da Associação dos Surdos de Pouso Alegre - ASPA

RECEITAS	Previsto	Realizado	Diferença (\$)	Diferença (%)
Destinações do poder público	2.500,00			
Rendimentos de aplicações bancárias	250,00			
Doações obtidas via projetos específicos	3.000,00			
Outras receitas	2.880,00			
TOTAL DE RECEITAS	8.630,00			
DESPESAS	Previsto	Realizado	Diferença (\$)	Diferença (%)
Operacionais				
Aluguel	800,00			
Manutenção de imóveis	200,00			
Conta de luz	154,00			
Conta de água	200,00			
Internet e conexões	120,00			
Material de escritório	400,00			
Cartórios	290,00			
Impostos e Taxas	230,00			
Telefone	120,00			
Consertos/manutenção	330,00			
Outros	200,00			
Alimentação				
Supermercado	200,00			
Feira/sacolão	100,00			
Gás	90,00			
Outros	80,00			
Honorários				
Presidência	750,00			
Vice-presidência	660,00			
Professores	1.400,00			
Intérpretes	1.200,00			
Instrutores	900,00			
Serviços sociais	600,00			
Secretária	800,00			
Tesouraria	300,00			
Limpeza	200,00			
Outros	750,00			
TOTAL DE DESPESAS	8.590,00			
SALDO LÍQUIDO	40,00			

Fonte: Elaborada para autora

5 CONCLUSÕES

O presente trabalho tem como ideia principal o "Plano de Constituição da Associação dos Surdos em Pouso Alegre", com objetivo de ajudar a melhorar a comunidade surda, reconhecer a identidade do deficiente auditivo tornando-se assim um marco histórico para os surdos de Pouso Alegre. Além de divulgar o conceito de cultura surda e a própria língua de sinais para que a sociedade possa conhecer e respeitar as conquistas da comunidade surda juntamente com a comunidade em geral, na busca por conhecimentos socioculturais e educacionais.

Os resultados deste estudo revelam a grande importância da constituição de comunidades para promoção da inclusão social, seja ela de surdos ou outras minorias que compõem a sociedade civil. Organizar-se é uma forma de empoderamento e de emancipação dos sujeitos e, no caso específico dos surdos, uma forma de cada ver o mundo do silêncio sem silenciar diante dele.

Os sujeitos da pesquisa evidenciaram os seguintes aspectos para serem refletidos coletivamente por toda sociedade brasileira:

- Aperfeiçoar o processo de adaptação do surdo com o mundo do ouvinte
- Provocar na sociedade em geral a necessidade do ouvinte ouvir o surdo. Trata-se de um processo de construção social da convivência de surdos e ouvintes nos diferentes espaços sociais e não no isolamento do “seu mundo”;
- Tornar-se ator na construção do mundo, o que é possível por meio da explanação das dificuldades e da qualificação dos surdos, para que as oportunidades de inclusão dos surdos no mercado de trabalho seja uma consequência da sua formação profissional e não apenas uma forma a mais das empresas atenderem a Lei de Cotas ou de utilizarem as referidas ações como recursos para afirmar que é empresa socialmente responsável.

Conclui-se que uma Associação de Surdos serve de suporte à comunidade surda de Pouso Alegre e outras do país para criar novas possibilidades de inserção social, mas também representa uma oportunidade da sociedade ouvir o surdo. A importância do plano de constituição da associação, bem como suas responsabilidades sociais, ações, estruturas, recursos e capacidades compartilhadas por um grupo de surdos e ouvintes, visa garantir a continuidade de ações sociais e divulgação na sociedade e o reconhecimento do conceito de surdo, pois, os próprios surdos tem competência para criar estratégias com vistas a identidade social.

A Fundação das Organizações de Surdos no Brasil revela uma história da vida de surdos, por meio da divulgação de suas experiências, lutas, direitos, conquistas e sucesso. O propósito da ASPA segue por essa mesma lógica e será fazer com que a comunidade de Pouso Alegre reconheça a identidade surda, diminuindo assim barreiras de comunicação, promovendo a interação e a aprendizagem da língua de sinais.

REFERÊNCIAS

ACIPA. **Associação de Comércio e Indústria de Pouso Alegre**. Disponível em: <<http://www.acipa.com.br>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

BOLZANI JÚNIOR, G. M. B.; SOUZA, M. S. L.; NASCIMENTO, D. E. De administrador a gestor do conhecimento: a comunidade de prática desenvolvendo o profissional, a organização e a comunidade. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa** v. 1, n. 1, maio, 2003.

BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 e atualizações. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 jul. 1991. Republicado em 11 abr. 1996 e 14 ago. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm>. Acesso em: 17 abr. 2016.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 2005.

CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE. **Aspectos gerais**. Disponível em: <<http://www.cmpa.mg.gov.br/Municipio/Pagina.aspx?tipo=aspectosgerais>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

CBS. **Confederação Brasileira de Surdos**. Disponível em: <<http://www.cbsurdos.org.br/>>. Acesso em: 10 maio 2016.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRUZ FILHO, P. R. A. As especificidades do processo de avaliação das organizações de economia social. **Revista Alcance**, v. 18, Edição Especial, p. 414-430, 2011.

FRIEDRICH, M. A. Os processos de comunicação de acadêmicos surdos e acadêmicos ouvintes no ambiente universitário: o caso do curso de administração da Unijui. **Relatório de Trabalho de Conclusão de Curso**. Santa Rosa: Unijui, 2010.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUERREIRO RAMOS, A. **A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações**. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

IBGE. **Minas Gerais: Pouso Alegre**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=315250>>. Acesso em: 29 abr. 2016.

IBGE. **Censo Demográfico 2010: Resultados da Amostra - Pessoas com Deficiência**. Disponível em: <<http://goo.gl/26qyuQ>>. Acesso em: 29 abr. 2016.

INFORMATIVO CEI. **Centro de Estatística e Informações da Fundação João Pinheiro.** Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/pib/pib-municipais/507-informativo-pib-municipios-mg-2012-2/file>>. Acesso em: 09 jun. 2016.

JACOMETTI, M.; CASTOR, B. V. J.; PINHEIRO, D. M.; CASTILHO FILHO, J. P. Fenomenia e isonomia no contexto da modernidade: possibilidades de um novo modelo social para as organizações. **Revista Economia & Gestão**, v. 13, n. 32, maio/ago. 2013.

KLEIN, M. **A formação do surdo trabalhador:** discursos sobre a surdez, a educação e o trabalho. Dissertação de Mestrado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1999.

MINTZBERG, H.; AHLSTRAND, B. W.; LAMPEL, J. **Safári de estratégia:** um roteiro pela selva do planejamento estratégico. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

MONTEIRO, M. S. História dos movimentos dos surdos e o reconhecimento da libras no Brasil. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v.7, n. 2, p. 292-302, jun. 2006.

OLIVEIRA, A. B. A determinância dos fatores sócio históricos em suas subjetivações na gestão de profissionais com deficiência nas organizações. **Revista Economia & Gestão**, v. 12, n. 30, set. /dez. 2012.

OLIVEIRA, S. R. N. Surdo: um estrangeiro em seu país. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 3, n. 2, p. 203-221, mai./jun. 2014.

PERLIN, G. T. T. et al. **História dos surdos.** Florianópolis: UDESC/CEAD, 2002. (Caderno Pedagógico).

PREFEITURA DE POUSO ALEGRE. **Diferenciais do Município.** Disponível em: <<http://www.pousoalegre.mg.gov.br/pousoalegre.asp?id=2>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

ROSSONI, L.; TEIXEIRA, R. M. A interação dos relacionamentos com os recursos e a legitimidade no processo de criação de uma organização social. **Cadernos Ebape.BR**, v. 6, n. 4, dez. 2008.

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda.** 3. ed. rev. Florianópolis: UFSC, 2013.

WEBER, M. **Economia e sociedade:** fundamentos da sociologia compreensiva. 3.ed. Brasília: UNB, 1994.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário para coleta de dados

Você é? () Surdo () Ouvinte	
Sexo: () Feminino () Masculino	
Qual a sua faixa etária? () Até 20 anos () Entre 20 e 30 anos () Entre 30 e 40 anos () Entre 40 e 50 anos () Acima de 60 anos	
Qual o seu estado civil? () Solteiro () Casado(a) () Divorciado(a) () Viúvo(a) () Outros	
Assinale a alternativa que identifica a sua cor/raça: () Branca () Negra () Parda () Amarela () Indígena	
Qual o seu rendimento mensal? () Menos de 1 salário mínimo () De 1 a 2 salários mínimos () De 2 a 3 salários mínimos () De 3 a 5 salários mínimos () Mais de 5 salários mínimos	
Qual a sua escolaridade? () Ensino Fundamental () Ensino Médio Incompleto () Ensino Médio Completo () Ensino Superior Incompleto () Ensino Superior Completo () Pós-graduação () Mestrado () Doutorado	
Qual a sua profissão?	
Em qual cidade você reside?	Estado?

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista

- 1) Você tem fluência em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)? () Sim () Não
- 2) Na sua opinião é necessário ter uma associação de surdos em Pouso Alegre?
- 3) Qual tipo atividade pode ser realizado dentro da associação?
- 4) Como a associação de surdos pode ensinar língua de sinais para os ouvintes?
- 5) Quais esportes podem ser praticados na associação?
- 6) Vocês pensam ser importantes uma eleição de diretoria?
- 7) Como a associação dos surdos pode apoiar o trabalho do tradutor intérprete?
- 8) Quais trabalhos com as famílias das crianças a associação pode desenvolver?
- 9) Qual a importância da associação de surdos na sociedade?
- 10) Como a associação de surdos pode ajudar na inclusão escolar?
- 11) Como a associação de surdos pode ajudar no movimento bilíngue?
- 12) Como a associação de surdos pode colaborar em serviços sociais?
- 13) A associação de surdos pode oferecer cursos profissionalizantes para os surdos?
- 14) Como a associação pode divulgar sobre a cultura e identidade surda, trazendo assim conhecimento para a sociedade?
- 15) Como a associação de surdos pode apoiar a comunidade surda?

APÊNDICE C – Proposta de Estatuto da Associação dos Surdos de Pouso Alegre

**ESTATUTO DA
ASSOCIAÇÃO DOS SURDOS DE POUSO ALEGRE²**

**CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Denominação

Artigo 1º. A ASSOCIAÇÃO DOS SURDOS DE POUSO ALEGRE – ASPA é uma pessoa jurídica de direito privado, organização não governamental, sem vínculo político-partidário, sem fins econômicos e não lucrativos, isenta de quaisquer preconceitos ou discriminações, a qual se rege pelo presente estatuto e pela legislação aplicável à espécie.

Sede

Artigo 2º. A ASPA tem sua sede principal na Rua _____, número ____, no município de Pouso Alegre, no estado de Minas Gerais, Brasil.

Data de início e tempo de duração

Artigo 3º. O prazo de duração da ASPA é por tempo indeterminado.

Finalidade

Artigo 4º. Os objetivos sociais da ASPA são os seguintes:

- I. Integrar as pessoas surdas na comunidade surda e na sociedade;
- II. Promover a integração entre os membros da comunidade surda, entre a comunidade surda e a ouvinte e entre o surdo e a família;
- III. Participar do treinamento e capacitação de intérprete da Língua de Sinais;
- IV. Promover qualificação e aperfeiçoamento da pessoa surda via convênios com entidades profissionalizantes da comunidade;

² A presente proposta foi elaborada com base no Estatuto Social da Associação dos Surdos de Passo Fundo – ASPF.

- V. Atuar junto à Secretaria do Trabalho com vistas à inserção do surdo no mercado de trabalho;
- VI. Incentivar atividades culturais, tais como: cursos, conferências e palestras que objetivem a divulgação e uma maior difusão da associação no meio social do município e do estado, com o apoio do profissional intérprete no trabalho de interpretação das línguas de sinais e oral;
- VII. Promover a formação, informação e conscientização dos surdos, afim de que eles se tornem efetivamente comprometidos e militantes da entidade, inclusive pelo uso e na divulgação de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.
- VIII. Promover e defender os interesses e direitos, a cidadania, a democracia, a liberdade, a ética, bem qualquer outro interesse e direito difuso, coletivo ou universal das pessoas surdas ou com deficiência auditiva;
- IX. Promover a educação e o aprimoramento cultural da pessoa surda ou com deficiência auditiva;
- X. Buscar desenvolver ações que garantam a igualdade de oportunidades, plena participação, vida independente e autossuficiência econômica das pessoas surdas ou com deficiência auditiva, visando passarem a serem cidadãos produtivos e inseridos na vida social;
- XI. Estimular parcerias, o diálogo local entre a comunidade e contribuir para unir de forma solidária diferentes segmentos sociais, participando junto a outras entidades que visem a interesse comuns;
- XII. Promover intercâmbios e convênios com associações, organizações não governamentais, movimentos sociais, órgãos públicos e privados, procurando atender aos fins dessa entidade;
- XIII. Atuar juntos aos poderes públicos, visando ao aperfeiçoamento da legislação, bem como cobrando o cumprimento da legislação que instrumentaliza a consecução das finalidades da associação;
- XV. Atuar extrajudicial ou judicialmente em defesa das presentes finalidades associada ou não, coletiva ou individualmente, perante os poderes públicos ou iniciativa privada;
- XVI. Elaborar estudos, projetos, programas e planos de ações relacionadas às pessoas surdas ou com deficiência auditiva;
- XVII. Promover a interação e união das pessoas surdas ou com deficiência auditiva por meio de manifestações de caráter social, cultural, recreativo e de competições esportivas;

Do patrimônio, da receita e da despesa

Artigo 5º. A receita da Associação poderá ser constituída de:

- I. Contribuição dos sócios;

II. Doações;

III. Formulação e execução de projetos e convênios com entidades públicas e privadas;

IV. Auxílios;

Parágrafo primeiro. Todos os itens devem ser examinados e aprovados pela diretoria, desde que não implique na subordinação a compromissos e interesses que conflitem com suas finalidades ou comprometam sua autonomia.

Parágrafo segundo. O material permanente acervo técnico, bibliográfico, equipamentos comprados, adquiridos ou recebidos pela ASPA, por meio de convênios, projetos ou similares, bem como todas as aquisições da associação, são bens permanentes desta entidade e inalienáveis, salvo estipulação em contrário expressa ou autorização por escrito justificada pela Diretoria e ratificada pela Assembleia Geral.

Artigo 6º. A despesa será originada:

I. Por quaisquer despesas que custeiem o desenvolvimento dos fins estatutários e administrativos da ASPA;

II. Por aquisição de bens, móveis, imóveis ou outras.

Parágrafo Único. Todas as despesas deverão ser autorizadas pelo Presidente, salvo as rotineiras para o bom desenvolvimento da ASPA.

Artigo 7º. As verbas originárias de auxílios ou subvenções federais, estaduais ou municipais, desde que recebidas, serão escrituradas em destaque e sua aplicação obedecerá ao fim convencionado.

Artigo 8º. Havendo disponibilidade financeira, a ASPA reembolsará a qualquer membro de seus órgãos, as despesas comprovadamente decorrentes do exercício em deslocamento inerentes de suas funções.

Artigo 9º. A ASPA poderá contratar serviços de terceiros, remunerados ou não, para atender finalidades estatutárias e regimentais.

Aplicação das receitas, rendas e rendimentos

Artigo 10º. A ASPA aplicará, obrigatoriamente, as suas receitas, rendas, rendimentos ou eventuais resultados operacionais integralmente na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos sociais.

CAPÍTULO II DOS ASSOCIADOS

Associados

Artigo 11º. A ASPA será formada por um número ilimitado de sócios surdos ou com deficiência auditiva, que se disponha a integrá-la e observar os fins estatutários, não respondendo pelas obrigações sociais da associação.

Parágrafo único. A ASPA não remunera sua Diretoria, nem seus associados, não distribuindo lucros ou dividendos a qualquer título ou sob nenhum pretexto, sendo que os excedentes de receita se houver e forem apurados, serão obrigatória e integralmente aplicados no desenvolvimento dos objetivos institucionais.

Quadro Social

Artigo 12º. Os associados da ASPA serão todas as pessoas surdas ou com deficiência auditiva que desejarem e passarem a comungar com as finalidades da associação, sendo classificados como fundadores, efetivos, beneméritos e colaboradores.

Parágrafo primeiro. Associados fundadores são considerados aqueles que participaram da Assembleia Geral de Fundação da Associação, assinando a respectiva ata de fundação, dispostos a viver os fins estatutários da entidade, como direito a votar e ser votado em todos os níveis e instâncias.

Parágrafo segundo. Associados efetivos serão quaisquer pessoas surda ou deficiente auditiva dispostas a serem integrantes e a colaborarem para a concretização das finalidades da associação, possuindo o direito a votar e ser votado em todos os níveis ou instâncias da entidade.

Parágrafo terceiro. Associados beneméritos são pessoas físicas ou jurídicas que, pela elaboração ou prestação de relevantes serviços à causa que se propõe a entidade, fizerem jus a este título.

Parágrafo quarto. Associados colaboradores serão as pessoas físicas ou jurídicas identificadas com as finalidades da associação que solicitem o ingresso e contribuam mensal ou anualmente com as taxas correspondentes.

Admissão como associados

Artigo 13º. Todas as categorias de associados serão admitidas após a aprovação da Diretoria da ASPA que os classificará levando em conta os seguintes requisitos:

- I. Associados efetivos serão somente pessoas surdas ou com deficiência auditiva, possuir tal condição.
- II. Associados beneméritos serão aqueles que, voluntariamente, elaborarem ou prestem relevantes serviços sociais, e mereçam receber uma certificação dessa qualidade.
- III. Associados colaboradores serão aqueles que, a título gratuito, dispuseram-se a contribuir mensal ou anualmente com as taxas, podendo ser fixados pela Diretoria ou Assembleia Geral.

Direitos dos associados fundadores e efetivos

Artigo 14º. Constituem direitos dos associados fundadores e efetivos, sem qualquer distinção de categorias:

- I. Encaminhar à Diretoria da ASPA sugestões e propostas de interesse da associação;
- II. Solicitar ao presidente ou à Diretoria reconsideração de atos que julguem não estar de acordo com o estatuto;
- III. Tomar parte dos debates e resoluções das Assembleias;
- IV. Apoiar, divulgar, propor, e efetivar eventos, programas e propostas de interesse da associação;
- V. Participar de todas as atividades para realização efetiva das finalidades, estreitando os laços de solidariedade e fraternidade entre todas as pessoas e nações;
- VI. Ter acesso as atividades e dependências da entidade;
- VII. Votar e ser votado para qualquer cargo eletivo;
- VIII. Estar presente às Assembleias Gerais, pessoalmente ou por meio de seu representante;
- IX. Convocar Assembleia Geral Extraordinária (AGE) mediante requerimento expresso, justificado e assinado por, no mínimo, 1/5 (um quinto) dos associados e em pleno gozo de seus direitos sociais.

Deveres dos associados fundadores e efetivos

Artigo 15º. Constituem deveres dos associados fundadores e efetivos, sem qualquer distinção de categoria:

- I. Prestigiar e defender a associação, lutando pelo seu engrandecimento;
- II. Cumprir fielmente os dispositivos estatutários, assim como as deliberações das Assembleia Gerais e Diretoria;

- III. Trabalhar em prol dos objetivos da entidade, respeitando os dispositivos estatutários, zelando pelo bom nome da associação, agindo com ética;
- IV. Satisfazer pontualmente os compromissos que contraiu com a associação, inclusive mensalidade quando estipulada e aprovada pela Assembleia;
- V. Observar na sede da associação ou onde a mesma se faça representar, as normas de boa educação, moralidade e disciplina.

CAPÍTULO III

DAS INFRAÇÕES, DO PROCESSO E DAS PENALIDADES DISCIPLINARES

Infrações

Artigo 16º. Constitui infração disciplinar:

- I. Desrespeitar os objetivos institucionais da ASPA seja em caráter público seja em caráter privado;
- II. Deixar de atender aos direitos e deveres desta entidade.

Penalidades

Artigo 17º. O associado fundador ou efetivo que cometer infração disciplinar, mediante notificação por escrito, sofrerá:

- I. Advertência escrita;
- II. Suspensão de um a seis meses;
- III. Exclusão.

Parágrafo único. A enumeração das penas em ordem crescente de gravidade não impede a aplicação da mais rigorosa, que mais bem reprima o fato a ser punido.

Processo Disciplinar

Artigo 18º. O processo disciplinar instaura-se de ofício pelo presidente da ASPA ou por representação de qualquer associado interessado, a qual não pode ser anônima.

Parágrafo primeiro. Recebida a representação, a Diretoria formará o Conselho Julgador, formado por três sócios fundadores ou efetivos e em pleno gozo de seus direitos sociais, não integrantes da Diretoria.

Parágrafo segundo. Cabe ao Conselho Julgador dar início ao processo disciplinar.

Notificação do processo

Artigo 19º. Do início do processo disciplinar o associado será notificado por escrito, podendo oferecer defesa no prazo de quinze dias, contados do dia do recebimento da notificação.

Defesa do associado processado

Artigo 20º. Ao associado processado deve ser assegurado amplo direito de defesa, podendo acompanhar o processo, deferindo defesa prévia após ser notificado, razões finais após a instrução e defesa oral perante o Conselho Julgador, por ocasião do julgamento.

Recurso da decisão

Artigo 21º. Das penalidades impostas, poderá o associado punido apresentar à Diretoria da ASPA sua defesa escrita no prazo de quinze dias, contados da data do recebimento da notificação da decisão do Conselho Julgador, e, por fim, confirmada sua punição pela diretoria, poderá oferecer recurso voluntário para a Assembleia Geral.

CAPÍTULO IV DA ADMINISTRAÇÃO

Órgãos da Administração

Artigo 22º. A Assembleia Geral é o órgão máximo da entidade, dela participando todos os associados fundadores e associados efetivos surdos ou com deficiência auditiva que estejam em pleno gozo de seus direitos, conforme previsto no estatuto.

Parágrafo único. A Assembleia Geral se reunirá ordinariamente (AG), preferencialmente no mês de março, para apreciar os atos e as contas da Diretoria.

Convocação da Assembleia Geral

Artigo 23º. A Assembleia Geral será convocada pelo presidente da ASPA, sempre que julgar necessário ou, ainda, a requerimento de um sócio fundador e/ou efetivo, sendo necessária a justificativa escrita, assinada por no mínimo, 1/5 (um quinto) dos associados.

Parágrafo 1º. No edital de convocação da Assembleia Geral, deverá, obrigatoriamente, constar local, dia, hora e assuntos da pauta.

Parágrafo 2º. A convocação da Assembleia Geral será feita por edital assinado, afixado no mural da ASPA e amplamente divulgado nos meios de comunicação, com antecedência mínima de dez dias.

Constituição e atas da Assembleia Geral

Artigo 24°. A Assembleia Geral constitui-se dos associados diretores e fundadores e/ou efetivos em primeira chamada com a presença de 50% mais um desses associados e, em segunda chamada, trinta minutos após a primeira, com qualquer número de associados presentes.

Parágrafo único. As atas das Assembleias deverão ser lavradas pelo Secretário designado e, após aprovada, assinada pelos presentes.

Competência da Assembleia Geral

Artigo 25°. Compete a Assembleia Geral

- I. Deliberar sobre o relatório de atividades a aprovar o balanço e as demais contas da ASPA a serem apresentadas pela Diretoria;
- II. Homologar a demissão e admissão de novos efetivos;
- III. Deliberar sobre a exclusão de associados, nos casos de recurso;
- IV. Autorizar a alienação ou instituição de ônus sobre os bens pertencentes à associação;
- V. Determinar e atualizar as linhas de ação da entidade;
- VI. Estabelecer o montante da contribuição dos associados;
- VII. Aprovar alterações no estatuto;
- VIII. Anular, mediante maioria absoluta, os atos da Diretoria que estiverem em evidente desacordo com as disposições deste estatuto;
- IX. Destituir a Diretoria de suas funções, quando for constatado que sua ação é lesiva aos interesses da associação, mediante o voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes à Assembleia especialmente convocada para este fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de 1/3 (um terço) nas convocações seguintes.

Diretoria

Artigo 26°. É atribuição do presidente:

- I. Representar a associação ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente;
- II. Presidir as reuniões da Diretoria e fiscalizar a execução de todas as suas resoluções;
- III. Convocar e instalar as Assembleias Gerais;
- IV. Apresentar à Assembleia Geral Ordinária, anualmente, o relatório anual das atividades e das contas da Diretoria;
- V. Resolver, em caso de urgência, sobre qualquer assunto da competência da Diretoria, dando

conhecimento a esta na sua primeira reunião;

VI. Formar coordenadorias, de acordo com a necessidade, para colaborar com a administração da Diretoria;

VII. Convocar e instalar a Assembleia Geral com o fim de instituir a comissão eleitoral no prazo de 60 dias antes da data da eleição;

VIII. Dar posse à nova Diretoria eleita que sucede a sua, no prazo máximo de 60 dias.

Atribuições do vice-presidente

Artigo 27. É atribuição do vice-presidente, sempre solicitado, prestar auxílio e assistência ao presidente, bem como substituí-lo nas faltas ou impedimentos e em caso de renúncia.

Competência do secretário

Artigo 28º. Compete ao tesoureiro:

I. Dirigir e fiscalizar os serviços da tesouraria, mantendo em dia a escrituração regular da contabilidade;

II. Efetuar o recebimento, bem como os pagamentos das despesas autorizadas;

III. Cobrar dos associados as mensalidades, quando instituídas em Assembleia Geral;

IV. Assinar os cheques, juntamente com o presidente, e quaisquer outros documentos que resultem em responsabilidade financeira à entidade;

V. Encaminhar à Diretoria relatório anual de suas atividades, ou quando for exigido.

Competência do secretário

Artigo 29º. Compete ao secretário secretariar as reuniões e lavrar as atas, assim como responder por todos os documentos administrativos que compõem a secretaria.

Conselho Fiscal

Artigo 30º. O conselho fiscal será constituído por três titulares e três suplentes, associados fundadores e/ou associados efetivos, com mandato de três anos, eleitos simultaneamente com a Diretoria, por voto secreto direto e universal dos associados.

Competência do Conselho Fiscal

Artigo 31º. Compete ao Conselho Fiscal, além do acompanhamento e fiscalização da gestão financeira da ASPA, examinar os livros e balancetes da associação, verificando o estado do caixa.

Demissão de função da diretoria

Artigo 32º. Na hipótese de antes do término do mandato o presidente requerer demissão, em seu lugar, assumira o vice-presidente, se impedido este, assumira o secretário, que se impossibilitado, deverá convocar Assembleia Geral para formar a comissão eleitoral a qual dará início a novo processo eleitoral.

CAPÍTULO V DAS ELEIÇÕES E DA POSSE

Eleições

Artigo 33º. As eleições para Diretoria da Associação dos Surdos de Pouso Alegre – ASPA será realizada por voto secreto, direto e universal, no mês de novembro, de quatro em quatro anos.

Mandato da Diretoria

Artigo 34º. O mandato da Diretoria será de quatro anos, sendo que seus componentes terão direito a reeleição para o mesmo cargo.

Comissão eleitoral

Artigo 35º. As chapas concorrentes deverão ser registradas previamente perante a comissão eleitoral, devendo esta ser composta por três titulares e três suplentes, devidamente escolhidos e aprovados por Assembleia Geral.

Parágrafo único. Cada chapa deverá inscrever-se, nas condições estabelecidas no edital publicado pela comissão eleitoral, especificando como candidato um presidente, um vice-presidente, um secretário, um tesoureiro, três titulares e três suplentes para o conselho fiscal.

Chapa eleita

Artigo 36º. Será considerada eleita a chapa que detiver maioria simples dos votos.

Condição de elegibilidade

Artigo 37º. Todos os associados fundadores e /ou efetivos surdos podem concorrer – em uma única chapa somente e ser reeleitos pelo mesmo período, sendo condição de elegibilidade para os cargos da diretoria ser associado filiado há dois anos.

CAPÍTULO VI DA DISSOLUÇÃO DA ENTIDADE

Forma de dissolução

Artigo 38º. A ASPA poderá ser dissolvida, mediante o voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes à Assembleia especialmente convocada para este fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de 1/3 (um terço) nas convocações seguintes.

Destinação dos bens patrimoniais

Artigo 39º. Em caso de dissolução a ASPA, o remanescente do seu patrimônio líquido e todos os seus bens patrimoniais será destinado à entidade de fins não encômios congêneres a essa associação.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Responsabilidade dos sócios

Artigo 40º. Nenhuma categoria dos associados responde, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações ou compromissos sociais assumidos pela Associação dos Surdos de Pouso Alegre – ASPA.

Alteração estatutária

Artigo 41º. Toda e qualquer alteração das presentes disposições estatutárias deverão ser feitas em Assembleia Geral convocada exclusivamente para este fim, mediante o voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes à assembleia especialmente convocada para este fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de 1/3 (um terço) nas convocações seguintes.

Casos omissos do estatuto

Artigo 42º. Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela Diretoria da ASPA, devendo a decisão ser submetida à aprovação da Assembleia Geral.